ESTADO DE RORAIMA
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA
Assembleia Legislativa
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA A Força do Povo

Boa Vista-RR, 25 DE AGOSTO DE 2009 Editado conforme Resolução nº 041/08 Edição 694 Páginas: 16

MESA DIRETORA

DEPUTADO MECIAS DE JESUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
1º VICE-PRESIDENTE

DEPUTADO JOSÉ REINALDO
2º VICE-PRESIDENTE

DEPUTADO DAMOSIEL L. DE ALENCAR
3º VICE-PRESIDENTE

DEPUTADA MARÍLIA PINTO
1ª SECRETÁRIA

DEPUTADO REMÍDIO MONAI
2º SECRETÁRIO

DEPUTADO ROSINALDO ADOLFO
3º SECRETÁRIO

DEPUTADO MARCELO CABRAL
4º SECRETÁRIO

DEPUTADO ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
DEP. RODOLFO BRAGA - PRESIDENTE
DEP. JALSER RENIER – VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, SEGURANÇA E SERVIÇOS PÚBLICOS
DEP. RONALDO TRAJANO - PRESIDENTE
DEP. ERCI DE MORAES - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E SAÚDE
DEP. IONILSON SAMPAIO - PRESIDENTE
DEP. ZÉ REINALDO - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, TRIBUTAÇÃO E CONTROLE
DEP. CÉLIO WANDERLY - PRESIDENTE
DEP. MARCELO CABRAL - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
DEP. LÚCIA PEIXOTO - PRESIDENTE
DEP. RAUL LIMA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL
DEP. CHICÃO DA SILVEIRA - PRESIDENTE
DEP. LEONÍDIO LAIA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DAS MINORIAS
DEP. FLAMARION PORTELA - PRESIDENTE
DEP. SARGENTO DAMOSIEL - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE ÉTICA PARLAMENTAR
DEP. FLÁVIO CHAVES - PRESIDENTE
DEP. NALDO DA LOTERIA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E ASSUNTOS INDÍGENAS
DEP. AURELINA MEDEIROS - PRESIDENTE
DEP. IONILSON SAMPAIO - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
DEP. IVO SOM - PRESIDENTE
DEP. CHICO GUERRA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE VIAÇÃO, TRANSPORTES E OBRAS
DEP. TIÃO PORTELLA - PRESIDENTE
DEP. RONALDO TRAJANO - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA FAMÍLIA, DA MULHER, DA CRIANÇA, DO AOLESCENTE E DO IDOSO E DE AÇÃO SOCIAL
DEP. MARÍLIA PINTO - PRESIDENTE
DEP. SOCORRO SIMÕES - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DEP. ERCI DE MORAES - PRESIDENTE
DEP. CHICÃO DA SILVEIRA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS E MERCOSUL
DEP. LEONÍDIO LAIA - PRESIDENTE
DEP. REMÍDIO MONAI - VICE-PRESIDENTE

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS

R E S O L U Ç Ã O Nº 792/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento da Excelentíssima Senhora Deputada **FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA,** para o município de Caroebe, no dia 26.08.09, aonde a mesma participará de reunião com produtores rurais daquele município, visando à liberação de carga de banana para o Estado do Amazonas, com ônus para este Poder.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 25 de agosto de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputada MARILIA NATÁLIA PINTO
1ª Secretária
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 793/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento da Excelentíssima Senhora Deputada **FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA,** para os municípios de Amajari e Pacaraima, no período de 27.08 a 29.08.09, aonde a mesma dará cumprimento às Sessões da Assembleia Itinerante, com objetivo de colher informações sobre a revisão da Constituição Estadual, com ônus para este Poder.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 25 de agosto de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputada MARILIA NATÁLIA PINTO
1ª Secretária
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 794/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **RONALDO MOREIRA MATOS TRAJANO,** para os municípios de Amajari e Pacaraima, no período de 27.08 a 29.08.09, aonde o mesmo dará cumprimento às Sessões da Assembleia Itinerante, com objetivo de colher informações sobre a revisão da Constituição Estadual, com ônus para este Poder.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 25 de agosto de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputada MARILIA NATÁLIA PINTO
1ª Secretária
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 795/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **RONALDO MOREIRA MATOS TRAJANO,** para as localidades da vicinal 01, Confiança III, vicinais 02, 11 e 07 no município do Cantá, nos dias 30 e 31.08.09, aonde o mesmo estará reunindo-se com moradores para tratar de assuntos relacionados aos problemas das estradas daquelas localidades, com ônus para este Poder.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 25 de agosto de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputada MARILIA NATÁLIA PINTO
1ª Secretária
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2009

"Altera os artigos 31 e 41 da Lei Complementar nº 002, de 22 de setembro de 1993, e dá outras providências."

Palácio Senador Hélio Campos/RR, de de 2009

JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR
Governador do Estado de Roraima

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/2009

"Altera os anexos II e VII da Lei Complementar nº 142, de 29 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a Organização do Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário do Estado, e dá outras providências."

Palácio Senador Hélio Campos/RR, _____ de _____ de 2009

JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR
Governador do Estado de Roraima

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 022/09

Concede a comenda Orgulho de Roraima a habitantes do Município de Amajari e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a comenda Orgulho de Roraima, criada pela Resolução Legislativa nº 010/09, de 08 de abril de 2009, às seguintes personalidades do Município de Amajari:

Abdias dos Santos Leal
Adelino Gomes da Silva
Agenor Teles de Magalhães
Amazonas de Azevedo Bríglia
Ana Alves de Melo
Antonino Menezes da Silva
Antonio Bezerra Nunes
Antonio José Alexandre
Antonio Luiz Santos
Antonio Menezes da Silva
Antonio Pereira da Silva
Benedito Avelino
Bento Dias de Souza Cruz
Bertoldo Dias de Souza
Brasil Dias de Souza Cruz
Carmélia Sampaio
Cláudio Coutinho
Cláudio Silveira
Clébio Coutinho
Djanira Coêlho de Sousa
Durvilê Milhomes Maranhão
Elizete Araujo de Castro
Eva Rodrigues Wanderley
Francisco Alberto Santiago
Francisco Rodrigues Bezerra
Geraldo Costa da Silva
Gerônimo Cabral de Macedo
Hugo Cabral de Macedo
Jader da Silva Rodrigues
Joana Pacheco
João Ana da Silva
João Araújo de Souza
João de Castro Alvino
José Batista das Neves
José Ferreira da Silva
José Ribeiro da Silva
José Rodrigues de Souza
Juracy Magalhães Carneiro
Leônia Mota de Macedo
Lorival Pereira Barros
Luiz Teixeira Neto
Luiza Iracema Caetano
Maria América de Souza e Silva.
Maria Conceição Souza
Maria da Glória Oliveira Bezerra.
Maria Ribeiro Peixoto
Nagib da Silva Melo
Ogenil Ribas Galvão
Ogier Wanderley de Moura
Olga Gentil Miguens
Oswaldo Ramos dos Santos Sousa
Paulo Francineti Dias de Souza Cruz
Pedro Rodrigues Sobrinho
Petronio Vitor de Souza
Rosa de Almeida Rodrigues
Tito Pascoal de Oliveira
Vitoriana Galvão dos Santos
Zumar Mesquita

IN MEMORIAN

Abdoral Rodrigues Bezerra
Aderaldo Rocha
Ana da Silva Ribas
Antonio Coelho de Santana
Antonio Dias de Souza Cruz
Antonio Guaracy de Andrade
Antonio Rodrigues Bezerra
Bento Pereira Galvão
Bernardino Dias de Souza Cruz
Carlos Alberto Marques
David Alves de Brito
Deusdeth Salustiano de Almeida
Emanuel Raimundo Rocha
Francisco Mesquita Filgueiras
Francisco Pereira da Silva
Israel Nogueira Lima
Jair da Silva Mota
Jalbas de Oliveira Valle
Jorge Dias Carneiro
Lauro da Silva Brito Gondim
Luiza de Lima
Pedro Almeida Guimarães

Art. 2º A Mesa Diretora tomará as providências necessárias para a realização de Sessão de entrega da comenda constante do presente instrumento normativo.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Legislativo.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões, 20 de agosto de 2009.

Deputado **MECIAS DE JESUS**
Presidente
Deputada **MARÍLIA PINTO**
1ª Secretária
Deputado **REMÍDIO MONAI**
2º Secretário

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 022/09.
LISTA HOMENAGEM AMAJARI

1 - Abdias dos Santos Leal - 86 anos.
Nasceu em São Francisco Uruburetama – Ceará.
Chegou ao município em 1937.
Foi garimpeiro, vaqueiro e agricultor.
Atualmente mora no Trairão.
2 - Adelino Gomes da Silva - 86 anos.
Nasceu no Amapá.
Chegou a Roraima em 1954.
Foi operador de patrol.
Prestou 48 anos de serviço para o Estado de Roraima.
3 - Agenor Teles de Magalhães - 81 anos.
Nasceu na fazenda Campina – Amajari
Trabalhou na pecuária
4 - Amazonas de Azevedo Bríglia - 54 anos.
Nasceu em Boa Vista – Roraima.
Foi garimpeiro, eletricista e piloto.
Atualmente é pecuarista e comerciante.
5 - Ana Alves de Melo
Nasceu em Crateús – Ceará.
Chegou ao município em 1984.
Foi professora.
Atualmente é comerciante na Vila Brasil.
6 - Antonino Menezes da Silva - 82 anos.
Nasceu na região de Iguatú – Amajari.
Foi garimpeiro, marchante e administrador da Vila do Trairão.
É pecuarista.
7 - Antonio Bezerra Nunes - 81 anos.
É roraimense.
Foi vaqueiro e garimpeiro.
Continua sonhando em encontrar diamantes.
8 - Antonio José Alexandre - 85 anos.
Nasceu na Paraíba.
Exerceu vários cargos públicos na região.
Chegou ao Tepequém em 1956.
9 - Antonio Luiz Santos - 74 anos.
Nasceu na Maloca Olho d'Água.
Foi vaqueiro nas fazendas da região.
Famoso sanfoneiro do Trairão.
Atualmente está aposentado.
10 - Antonio Menezes da Silva - 84 anos.
Nasceu na fazenda Iguatu, região de Amajari.
Foi vaqueiro e agricultor.
É pecuarista.
11 - Antonio Pereira da Silva - 68 anos.
Nasceu em São Luiz Gonzaga - Maranhão.
Trabalha na pecuária e na produção de doce de leite
Foi Presidente da Associação dos Produtores da região.
12 - Benedito Avelino - 73 anos.
Nasceu em Crateús –Ceará.
Chegou ao Tepequém em 1968.
Foi garimpeiro e agricultor.
Atualmente está aposentado.
13 - Bento Dias de Souza Cruz - 66 anos.
Nasceu na Fazenda Viçosa - Amajari.
Trabalhou com os pais ajudando na pecuária.
Foi funcionário do BASA - Banco da Amazônia/AS.
Atualmente está aposentado e atua no ramo de alimentos
14 - Bertoldo Dias de Souza - 64 anos.
Nasceu na Fazenda Retiro – região de Amajari.
Foi vaqueiro.
Atualmente é pedreiro.
15 - Brasil Dias de Souza Cruz - 67 anos.
Nasceu em um sitio chamado Esmeralda na região de Amajari.
Tinha um comércio onde hoje é Vila Brasil.
Transportou madeira para a Venezuela.
Trabalhou em terraplanagem, oficina mecânica.
Atualmente é funcionário público.
16 - Carmélia Sampaio - 63 anos.
Nasceu em Três Corações - Amajari.
Trabalhadora rural e parteira da região.
17 - Cláudio Coutinho - 78 anos.
Nasceu na região do Passarão.
Foi vaqueiro.
Atualmente é pecuarista.
18 - Cláudio Silveira - 60 anos.
Nasceu na fazenda Aracati - Vila Brasil.
Professor aposentado.
19 - Clébio Coutinho - 76 anos.
Chegou a Amajari em 1951.
Foi garimpeiro.
Atualmente é pecuarista e agricultor.
20 - Djanira Coêlho de Sousa - 74 anos.
Nasceu em Grajaú - Maranhão.
Chegou ao Município em 1970.
Trabalhou na agricultura e na pecuária.
21 - Durvilê Milhomes Maranhão - 91 anos.
Nasceu em Carolina –Maranhão.
Chegou a Roraima em 1948, para trabalhar no garimpo do Tepequém.
22 - Elizete Araujo de Castro
Roraimense.
Chegou a Amajari em 1987.
Professora de ensino fundamental e médio.
23 - Eva Rodrigues Wanderley - 72 anos.
Nasceu na fazenda Aliança – Amajari.
Foi comerciante.
É pecuarista.
24 - Francisco Alberto Santiago - 55 anos.
É advogado e Procurador da União.
Foi Prefeito do Município de Amajari em 1996 e reeleito em 2000.
25 - Francisco Rodrigues Bezerra - 67 Anos
Cearense de Crateús.
Chegou no garimpo do Tepequém em 1958.
Primeiro administrador regional de Amajari.
Coordenador do Projeto Trairão.
Aposentado.
26 - Geraldo Costa da Silva - 63 anos.
Natural de Boa Vista.
Chegou à região em 1960.
Foi garimpeiro e trabalhador braçal.
Atualmente é guia turístico.
27 - Gerônimo Cabral de Macedo - 81 anos.
Roraimense.
Foi garimpeiro na região do Tepequém.
É comerciante.
28 - Hugo Cabral de Macedo - 74 anos.
Nasceu na Nova Fazenda – região de Amajari.
Foi vaqueiro e marchante.
É pecuarista.
29 - Jader da Silva Rodrigues
Nasceu no Município, em 1952.
Foi vaqueiro e Vice-Prefeito de Amajari.
30 - Joana Pacheco - 85 anos.
Nasceu à margem do Rio Cotingo.
Trabalhou na agricultura.
31 - João Ana da Silva - 72 anos.
Nasceu em Pena Branca – Ceará.
Foi o primeiro comerciante da região.
32 - João Araújo de Souza
Nasceu em Mato Grosso do Sul.
Chegou à região do Amajari em 1947.
Foi garimpeiro.
Atualmente está aposentado.
33 - João de Castro Alvino - 66 anos.
Nasceu em São Luiz Gonzaga – Maranhão.
Trabalhou na agricultura.
Atualmente está aposentado.
34 - José Batista das Neves
Nasceu em 1927, na fazenda Maniçoba – Amajari.
Trabalhou na agricultura.
Atualmente está aposentado.
35 - José Ferreira da Silva - 83 anos.
Natural do Piauí.
Chegou a Roraima em 1947.
Foi garimpeiro, comerciante e pecuarista.
Atualmente está aposentado.
36 - José Ribeiro da Silva
Chegou ao Município em 1990.
Sempre trabalhou na agricultura e pecuária.
37 - José Rodrigues de Souza - 93 anos.
Natural de Goiás.
Trabalhou na agricultura.
Atualmente está aposentado.

38 - Juracy Magalhães Carneiro - 73 anos.
Nasceu no Município de Amajari.
Sempre trabalhou na agricultura.
Atualmente está aposentada.
39 - Leônia Mota de Macedo - 73 anos.
Nasceu na fazenda Monte Alegre – Amajari.
Fazendeira da região.
Atualmente está aposentada.
40 - Lorival Pereira Barros - 79 anos
Roraimense.
Chegou ao Município em 1960.
Foi garimpeiro.
Atualmente está aposentado.
41 - Luiz Teixeira Neto - 88 anos.
Roraimense.
Sempre trabalhou na pecuária.
Atualmente está aposentado.
42 - Luiza Iracema Caetano - 70 anos.
Nasceu na Maloca do Milho – Rio Cotingo.
Chegou ao Município em 1965.
É uma das mais antigas moradoras.
43 - Maria América de Souza e Silva.
Nasceu e foi criada na região de Amajari.
Foi professora.
44 - Maria Conceição Souza - 64 anos.
Chegou ao Município em 1990.
Sempre trabalhou na agricultura e pecuária.
45 - Maria da Glória Oliveira Bezerra
Nasceu em Crateús – Ceará.
Chegou ao Município em 1965.
Sempre trabalhou na agricultura.
Participa do Grupo da Terceira Idade do SESC.
46 - Maria Ribeiro Peixoto - 92 anos.
Nasceu em Campo Maior- Piauí.
Chegou à região quando tinha apenas três anos de idade.
Trabalhou na agricultura e na pecuária e tecia redes para os filhos.
Atualmente está aposentada.
47 - Nagib da Silva Melo
Nasceu na fazenda Ideal – Amajari.
É comerciante no Município há 22 anos.
48 - Ogenil Ribas Galvão - 62 anos.
Nasceu na Fazenda Moreninha - Pacaraima.
Chegou ao Município com 12 anos de idade.
Atua no ramo da pecuária.
49 - Ogier Wanderley de Moura - 72 anos.
Nasceu no Município de Amajari.
Foi trabalhador rural.
Atualmente é aposentado e trabalhador autônomo.
50 - Olga Gentil Miguens - 61 anos.
Nasceu na região de Amajari.
Foi rezadeira e parteira da região por muitos anos.
Atualmente está aposentada.
51 - Oswaldo Ramos dos Santos Sousa - 74 anos.
Nasceu em Grajaú – Maranhão.
Chegou ao Município em 1970.
Trabalhou na agricultura e na pecuária.
52 - Paulo Francineti Dias de Souza Cruz - 71 anos
Nasceu fazenda Viçosa - Amajari.
Foi Vereador do Município de Boa Vista.
Comerciante e pecuarista.
53 - Pedro Rodrigues Sobrinho - 70 anos
Nasceu em Ibiapaba – Ceará.
Trabalhou com garimpo, comércio e pecuária.
Continua atuando na pecuária.
54 - Petronio Vitor de Souza - 72 anos.
Roraimense.
Foi para o Município de Amajari, em 1990.
Fez um trabalho pioneiro no combate à malária.
55 - Rosa de Almeida Rodrigues
Natural do Rio Grande do Norte.
Chegou a Roraima aos seis anos de idade.
É Técnica em Contabilidade, Empresária e Pecuarista.
Foi Deputada Estadual Constituinte, reeleita por mais dois mandatos.
56 - Tito Pascoal de Oliveira - 79 anos.
Nasceu em Fortaleza – Ceará.
Veio para o Tepequém no auge do garimpo de diamantes, em 1960.
Está aposentado.
57 - Vitoriana Galvão dos Santos
Nasceu em 13 de maio de 1922 no Maranhão.
Veio para Roraima em 1986.
Em 1987 foi morar em Amajari
Conhecida como Vó Tita por praticar o espiritismo.
Desde 2001 voltou a sua terra natal Maranhão onde mora até hoje.

58 - Zumar Mesquita - 76 anos.
Nasceu na região de Amajari.
Foi garimpeiro.
Atualmente é pecuarista.
59 - Abdoral Rodrigues Bezerra – In Memorian.
Nasceu em Crateús – Ceará.
Chegou a Roraima em 1965.
60 - Aderaldo Rocha – In Memorian.
Nasceu em Camucim – Ceará.
Chegou a Amajari em 1940, para trabalhar no garimpo do Tepequém.
61 - Ana da Silva Ribas – In Memorian.
Trabalhou na agricultura.
Viveu no Amajari 87 anos.
62 - Antonio Coelho de Santana – In Memorian.
Nasceu em 1936, Amajari.
Foi pecuarista e agricultor.
63 - Antonio Dias de Souza Cruz – In Memorian.
Português, chegou ao Brasil em 1870.
Desbravador da região.
Um dos primeiros proprietários de terras do Amajari.
64 - Antonio Guaracy de Andrade – In Memorian.
Nasceu em Boa Vista – Roraima.
Trabalhou no garimpo, criação de gado, agricultura e comércio.
65 - Antonio Rodrigues Bezerra – In Memorian.
Nasceu em Crateús – Ceará.
Chegou ao Município em 1965.
Trabalhou na agricultura.
66 - Bento Pereira Galvão – In Memorian.
Nasceu no Maranhão.
Chegou ao Município em 1982.
Atuou no ramo da pecuária.
67 - Bernardino Dias de Souza Cruz – In Memorian.
Comerciante.
Herdou as terras do pai e as expandiu em Amajari, onde fundou as fazendas: Viçosa, Salinas, Monte Verde I, Monte Verde II e Santo Antonio da Boca do Amajari (Lombada).
68 - Carlos Alberto Marques – In Memorian.
Nasceu em 1949, na região do Boqueirão – Amajari.
Foi vaqueiro e Tuxaua da comunidade de Três Corações.
69 - David Alves de Brito – In Memorian.
Nasceu em Santa Inês – Maranhão.
Chegou em Roraima quando criança.
Trabalhou como comerciante, mecânico e na pecuária.
70 - Deusdeth Salustiano de Almeida – In Memorian.
Nasceu em Araioge – Maranhão.
Foi vaqueiro e caixeiro viajante.
71 - Emanuel Raimundo Rocha – In Memorian.
Natural do Ceará.
Chegou à região nos anos 60.
Foi garimpeiro e agricultor.
72 - Francisco Mesquita Filgueiras – In Memorian.
Nasceu na região de Amajari, em 1935.
Foi fazendeiro e funcionário da Prefeitura do Município de Amajari.
73 - Francisco Pereira da Silva – In Memorian.
Amazonense.
Foi agricultor e prático de embarcação.
74 - Israel Nogueira Lima – In Memorian.
Chegou ao Município de Amajari em 1989.
Trabalhou na agricultura.
75 - Jair da Silva Mota – In Memorian.
Nasceu em Roraima, em 1910.
Dedicou sua vida à pecuária da região.
76 - Jalbas de Oliveira Valle – In Memorian.
Nasceu na fazenda São Luiz – Amajari.
Trabalhou como pecuarista e agricultor.
77 - Jorge Dias Carneiro – In Memorian.
Nasceu em São José dos Patos - Maranhão.
Chegou ao município em 1937.
Trabalhou como garimpeiro no Tepequém.
Comprava e vendia gado.
78 - Lauro da Silva Brito Gondim – In Memorian.
Nasceu em Andaraí – Bahia.
Chegou ao Município em 1964.
Trabalhou na lapidação de diamante.
Primeiro administrador da Vila do Tepequém.
79 - Luiza de Lima – In Memorian.
Nasceu na região do Surumu.
Chegou ao município em 1976.
Dedicou sua vida à educação dos filhos.
80 - Pedro Almeida Guimarães – In Memorian.
Nasceu na região de Amajari.
Foi vaqueiro e agricultor.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 023/09.

Concede a comenda Orgulho de Roraima a habitantes do Município de Pacaraima e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a comenda Orgulho de Roraima, criada pela Resolução Legislativa nº 010/09, de 08 de abril de 2009, às seguintes personalidades do Município de Pacaraima:

Alexandre Barbosa Monteiro
Altemir da Silva Campos
América Peres Torres
Antônio Carlos Betencourt Rodrigues
Arlindo Kommers
Cleonice Lira Soares
Delmo Brito Tupinambá
Dulce Miriam Barros Ferreira
Francisca Serrate de Lima
Francisco Costa dos Santos
Francisco de Assis Ferreira da Silva
Francisco Roberto do Nascimento
Gregório Hernandes
Heráclito dos Santos
Hipérion de Oliveira Silva
José Américo Valetin
José Fernandes de Freitas
José Pereira Benfica
José Sebastião Alves Bezerra
Josefa Hernandes
Jucineide da Silva
Laíde do Carmo Bruce Fernandes
Manoel Peixoto Soares
Manuel Belchior de Albuquerque
Marelise Anadir Kommers Macuglia
Maria Darcy Silva Ferreira
Maria Luiza Pereira
Maria Rodrigues Bezerra
Maria Teresa Ferreira de Vasconcelos
Miracélio Floriano Peixoto
Ozemir de Souza Mota
Paulo Cezar Justo Quartieiro
Rosa Raimunda dos Santos
Rosália Nascimento de Freitas
Sebastiana Madeira da Silva
Severiano Braga de Moraes
Severina Lima Sobral da Cruz
Severino Barbosa
Severino Feliciano da Cruz
Ubirajara Riz Rodrigues
Vitalino Barbosa

In Memorian

Ana Cabral de Macedo
Antônio Vilanueva Seabra
Cacilda Bentes Carvalho
Cícero Vieira Neto
Délio de Oliveira Tupinambá
Edvan Pereira Santiago
Ilzo Montenegro Peixoto
José Faustino da Silva
Luiz Afonso Faccio
Marina Rodrigues Peixoto
Mario Roberto Flores
Sidney de Sá Lima
Sinésio Alves
Francisco Fernandes Sousa

Art. 2º A Mesa Diretora tomará as providências necessárias para a realização de Sessão de entrega da comenda constante do presente instrumento normativo.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Legislativo.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 2009.

Deputado MECIAS DE JESUS
Presidente
Deputada MARÍLIA PINTO
1ª Secretária
Deputado REMÍDIO MONAI
2º Secretário

LISTA HOMENAGEM PACARAIMA

1 – Alexandre Barbosa Monteiro - 87 anos.
Nasceu em Ingá - Paraíba.
Trabalhou na extração de diamantes no Tepequém.
Técnico agrícola, delegado de polícia, administrador da Vila Surumu e de Mucajaí.
Mestre Maçom da Loja Liberdade e Progresso nº 01.

2 - Altemir da Silva Campos – 57 anos.
Nasceu na Fazenda Serrinha – Amajari.
Chegou ao Município em 1972.
Trabalhou na agricultura e comércio.
Foi administrador e Prefeito Municipal de Pacaraima.

3 - América Peres Torres - 79 anos.
Nasceu na Vila Surumu.
Trabalhou na agricultura, na pecuária e foi parteira.
Aposentada.

4 - Ana Cabral de Macedo - In Memorian.
Nasceu em Boa Vista, em 1919.
Foi comerciante, rezadeira e parteira.

5 - Antonio Carlos Betencourt Rodrigues – Carlos Português.
Natural da Ilha da Madeira – Portugal.
Empresário do ramo hoteleiro.

6 - Antonio Vilanueva Seabra - In Memorian.
Nasceu em Itacoatiara – Amazonas.
Foi enfermeiro e servidor público da União.

7 - Arlindo Kommers – 71 anos.
Nasceu em Ijuí- Rio Grande do Sul.
Chegou a Pacaraima em 1983.
Atuou na agricultura e no comércio.
Aposentado.

8 - Cacilda Bentes Carvalho - In Memorian.
Nasceu em Terra Santa – Pará.
Dedicou sua vida na educação de seus filhos.

9 - Cícero Vieira Neto – In Memorian.
Nasceu em Juazeiro do Norte – Ceará.
Chegou ao Município em 1950.
Trabalhou na agricultura, comércio, na construção de estrada e da primeira pista de pouso.
A Escola Estadual da cidade leva seu nome.

10 - Cleonice Lira Soares - 64 anos.
Nasceu na Maloca da Raposa – Normandia.
Chegou a Pacaraima em 1975.
Trabalhou no Quartel durante seis meses.

11 - Délio de Oliveira Tupinambá - In Memorian.
Nasceu em Itacoatiara – Amazonas.
Foi militar, enfermeiro e diretor da Unidade de Saúde de Pacaraima que hoje leva o seu nome.

12 - Delmo Brito Tupinambá - 51 anos.
Roraimense.
Foi Vereador na primeira legislatura e Presidente da Câmara Municipal de Pacaraima.

13 - Dulce Miriam Barros Ferreira – 52 anos.
Nasceu em Rio Branco – Acre.
Chegou ao Município em 1979.
Empresária do ramo hoteleiro.

14 - Edvan Pereira Santiago – In Memorian.
Nasceu em Riachão – Maranhão.
Trabalhou no comércio de ouro e diamantes.

15 - Francisca Serrate de Lima – Dona Sinhá
Roraimense.
Chegou a Pacaraima em 1982.
É técnica em enfermagem e bacharel em Teologia

16 - Francisco Costa dos Santos – Mineiro do Restaurante – 62 anos.
Nasceu em Ituiutaba - Minas Gerais.
Empresário do ramo hoteleiro.

17 - Francisco de Assis Ferreira da Silva - Assis da Caer – 60 anos.
Roraimense.
Chegou ao Município em 1975.
Trabalhou na Sucan e Receita Federal.
Atualmente trabalha na CAER.

18 - Francisco Roberto do Nascimento - Chico Roberto
Roraimense.
Chegou à Vila Surumu aos três anos de idade.
Atuou como professor de educação física, policial militar e funcionário do Banco do Brasil.
Foi Vice-Prefeito e Prefeito do Município de Pacaraima.

19 - Gregório Hernandes – 81 anos.
Nasceu em 1928, na região da Serra Pelada, em Pacaraima.
Indígena da etnia Taurepang.
Agricultor aposentado.

20 - Heráclito dos Santos - 79 anos.
Nasceu na fazenda Alemanha – Surumu.
Indígena da etnia Macuxi.
Trabalhou no garimpo e na agricultura.
Aposentado
21 - Hipérion de Oliveira Silva - 45 anos.
Nasceu no Tejo do Gavião – região do Surumu – hoje Raposa/Serra do Sol.
Engenheiro elétrico.
Secretário de Finanças, de Saúde e de Educação do Município de Normandia.
Secretário de Estado de Articulação Municipal.
Primeiro Prefeito eleito de Pacaraima.
Produtor rural.
22 - Ilzo Montenegro Peixoto – Peixotinho - In Memorian.
Nasceu na Fazenda Rosa Branca - Amajari.
Chegou ao Município em 1980.
Foi funcionário público municipal.
23 - José Américo Valetim – Dedé da Toca.
Nasceu em Quixadá – Ceará.
Chegou ao município em 1974.
Comerciante.
24 - José Faustino da Silva - Zé Faustino - In Memorian
Nasceu em Monte Santo – Bahia
Foi comerciante e Presidente da Associação Comercial e Industrial-RR.
Administrador da Vila BV-8.
25 - José Fernandes de Freitas - Zé do Hangar - 77 anos.
Roraimense.
Foi mecânico de avião, Delegado Especial de Agricultura, Juiz de Paz, Administrador da Vila Pereira – Surumu, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Pacaraima.
Morou 41 anos no Surumu.
26 - José Pereira Benfica – Zeca Pereira - 71 anos.
Nasceu em Itacoatiara – Amazonas
Chegou a Roraima em 1942.
Trabalhou no garimpo e pecuária.
27 - José Sebastião Alves Bezerra – Sabá Bezerra - 67 anos.
Roraimense.
Chegou à região em 1978.
Foi administrador da Vila Pacaraima, professor, Vereador e Presidente da Câmara de Pacaraima.
28 - Josefa Hernandes - 101 anos.
Nasceu em Campinho - região de Pacaraima.
Dedicou sua vida na educação dos filhos.
Gosta de ser independente.
29 - Jucineide da Silva - Dona Tita.
Nasceu em Boa Vista.
Costureira e comerciante.
Foi Vereadora do Município de Pacaraima.
30 - Laíde do Carmo Bruce Fernandes – 77 anos.
Nasceu em Altazaçu – Amazonas.
Trabalhou no garimpo e com criação de patos.
31 - Luiz Afonso Faccio – In Memorian.
Nasceu no Rio Grande do Sul.
Chegou a Roraima em 1977.
Deputado Estadual Constituinte.
Presidente da Associação de Rizicultores de Roraima.
Patrão do Centro de Tradições Gaúchas – CTG.
Pioneiro na produção de arroz irrigado na região.
32 - Manoel Peixoto Soares – 74 anos.
Nasceu em Xumina - região de Normandia.
Chegou a Pacaraima em 1975.
Comerciante.
33 - Manuel Belchior de Albuquerque.
Nasceu em Coreaú – Ceará
Chegou a Pacaraima nos anos 70.
Comerciante.
34 - Marelise Anadir Kommers Macuglia.
Nasceu em Ijuí - Rio Grande do Sul.
Chegou à região em 1983.
Pioneira na região norte no cultivo de morangos.
35 - Maria Darcy Silva Ferreira - 60 anos.
Roraimense.
Chegou ao Município em 1975.
Dedicou sua vida na educação dos filhos.
36 - Maria Luiza Pereira – 70 anos.
Nasceu em Campina Grande – Paraíba.
Dedicou sua vida na educação dos filhos.
37 - Maria Rodrigues Bezerra – Dona Mocinha.
Nasceu em Crateús – Ceará.
Chegou a Pacaraima em 1981.
Comerciante no ramo de confecção.
38 - Maria Teresa Ferreira de Vasconcelos.
Roraimense.
Dedicou sua vida na educação dos filhos
39 - Marina Rodrigues Peixoto – In Memorian.
Chegou a Pacaraima em 1980.
Dedicou sua vida na educação dos filhos.
40 - Mário Roberto Flores – Macário - In Memorian.
Indígena da etnia Taurepang.
Trabalhou na agricultura.
41 - Miracélio Floriano Peixoto.
Roraimense.
Foi Tuxaua da comunidade do Entroncamento – Surumu.
Trabalha na agricultura.
42 - Ozemir de Souza Mota – Zimica - 65 anos.
Roraimense.
Trabalhou no 6º BEC na pavimentação da BR 174.
Comerciante.
43 - Paulo Cezar Justo Quartieiro
Nasceu em Torres - Rio Grande do Sul.
Chegou a Roraima em 1975.
Engenheiro agrônomo.
Maior produtor de arroz da região.
Pioneiro na implantação da agricultura mecanizada no Estado.
Fundador e Presidente da Associação dos Arrozeiros-RR
Foi Prefeito do Município de Pacaraima.
44 - Rosa Raimunda dos Santos – 65 anos.
Nasceu em Ubajara – Ceará.
Chegou ao Município em 1975.
45 - Rosália Nascimento de Freitas – 74 anos.
Roraimense.
Foi funcionária da Telaima – Surumu.
46 - Sebastiana Madeira da Silva - Sabá Madeira - 93 anos.
Nasceu na Fazenda Darora – Surumu.
Trabalhou nas fazendas da região.
Aposentada.
47 - Severiano Braga de Moraes.
Nasceu em Bacabal – Maranhão.
Chegou à região do Surumu ainda criança.
Professor e diretor da Escola José Anchieta
48 - Severina Lima Sobral da Cruz.
Nasceu em Lagoa Grande – Paraíba.
Chegou a Pacaraima em 1992.
Comerciante.
49 - Severino Barbosa – 89 anos.
Nasceu na Comunidade do Panelão - médio Surumu.
Trabalhou na agricultura e pecuária.
50 - Severino Feliciano da Cruz – Seu Cruz - 63 anos.
Nasceu em Ceará Mirim – Rio Grande do Norte.
Chegou a Pacaraima em 1990.
Foi militar do exército.
Atualmente é comerciante.
51 - Sidney de Sá Lima – In Memorian.
Nasceu em São Luiz – Maranhão.
Chegou à região em 1974.
Foi garimpeiro e comerciante.
52 - Sinésio Alves – Sinesinho- In Memorian.
Nasceu em Bacabal - Maranhão.
Chegou ao município em 1972.
53 - Ubirajara Riz Rodrigues - 65 anos.
Roraimense.
Está em Pacaraima há 29 anos.
Foi Vereador de Boa Vista na primeira legislatura.
Empresário do ramo hoteleiro e Vice-Presidente da Junta Comercial/RR.
54 - Vitalino Barbosa – 89 anos
Nasceu na comunidade do Barro – Surumu.
Trabalhou no garimpo e na agricultura.
Aposentado.
55 – Francisco Fernandes Sousa – Tico - In Memorian.
Nasceu em Pio XII – Maranhão.
Chegou a Pacaraima em 1991.
Foi comerciante e Vereador do Município por dois mandatos.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 024/09
Declara de Utilidade Pública a Liga de Futebol Amador Jardim Caranã – LIFAJC, e dá outras providências.
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos da Lei Estadual nº 050, de 12.11.93, e sua alteração**, a Liga de Futebol Amador Jardim Caranã - LIFAJC**, CNPJ 07468252/0001-99, fundada em 16 de dezembro

de 2004 e sediada provisoriamente à Rua Argentina, nº1802, no Bairro Cauamé, nesta Capital.

Parágrafo único. À entidade a que se refere o **caput** deste artigo são assegurados os direitos e vantagens constantes da legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Casa Paulo VI - Sede Provisória do Poder Legislativo, 19 de agosto de 2009.

Dep. MECIAS DE JESUS
Presidente
Dep. MARÍLIA PINTO
1ª Secretária
Dep. REMÍDIO MONAI
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 017/09.

Concede a comenda Orgulho de Roraima a habitantes do Município de Amajari e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a comenda Orgulho de Roraima, criada pela Resolução Legislativa nº 010/09, de 08 de abril de 2009, às seguintes personalidades do Município de Amajari:

Abdias dos Santos Leal
Adelino Gomes da Silva
Agenor Teles de Magalhães
Amazonas de Azevedo Bríglia
Ana Alves de Melo
Antonino Menezes da Silva
Antonio Bezerra Nunes
Antonio José Alexandre
Antonio Luiz Santos
Antonio Menezes da Silva
Antonio Pereira da Silva
Benedito Avelino
Bento Dias de Souza Cruz
Bertoldo Dias de Souza
Brasil Dias de Souza Cruz
Carmélia Sampaio
Cláudio Coutinho
Cláudio Silveira
Clébio Coutinho
Djanira Coêlho de Sousa
Durvilê Milhomes Maranhão
Elizete Araujo de Castro
Eva Rodrigues Wanderley
Francisco Alberto Santiago
Francisco Rodrigues Bezerra
Geraldo Costa da Silva
Gerônimo Cabral de Macedo
Hugo Cabral de Macedo
Jader da Silva Rodrigues
Joana Pacheco
João Ana da Silva
João Araújo de Souza
João de Castro Alvino
José Batista das Neves
José Ferreira da Silva
José Ribeiro da Silva
José Rodrigues de Souza
Juracy Magalhães Carneiro
Leônia Mota de Macedo
Lorival Pereira Barros
Luiz Teixeira Neto
Luiza Iracema Caetano
Maria América de Souza e Silva.
Maria Conceição Souza
Maria da Glória Oliveira Bezerra.
Maria Ribeiro Peixoto
Nagib da Silva Melo
Ogenil Ribas Galvão
Ogier Wanderley de Moura
Olga Gentil Miguens
Oswaldo Ramos dos Santos Sousa
Paulo Francineti Dias de Souza Cruz
Pedro Rodrigues Sobrinho
Petronio Vitor de Souza
Rosa de Almeida Rodrigues
Tito Pascoal de Oliveira
Vitoriana Galvão dos Santos
Zumar Mesquita

IN MEMORIAN

Abdoral Rodrigues Bezerra
Aderaldo Rocha
Ana da Silva Ribas
Antonio Coelho de Santana
Antonio Dias de Souza Cruz
Antonio Guaracy de Andrade
Antonio Rodrigues Bezerra
Bento Pereira Galvão
Bernardino Dias de Souza Cruz
Carlos Alberto Marques
David Alves de Brito
Deusdeth Salustiano de Almeida
Emanuel Raimundo Rocha
Francisco Mesquita Filgueiras
Francisco Pereira da Silva
Israel Nogueira Lima
Jair da Silva Mota
Jalbas de Oliveira Valle
Jorge Dias Carneiro
Lauro da Silva Brito Gondim
Luiza de Lima
Pedro Almeida Guimarães

Art. 2º A Mesa Diretora tomará as providências necessárias para a realização de Sessão de entrega da comenda constante do presente instrumento normativo.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Legislativo.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Casa Paulo VI - Sede Provisória do Poder Legislativo, 25 de agosto de 2009.

Deputado MECIAS DE JESUS
Presidente
Deputada MARÍLIA PINTO
1ª Secretária
Deputado REMÍDIO MONAI
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 018/09.

Concede a comenda Orgulho de Roraima a habitantes do Município de Pacaraima e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a comenda Orgulho de Roraima, criada pela Resolução Legislativa nº 010/09, de 08 de abril de 2009, às seguintes personalidades do Município de Pacaraima:

Alexandre Barbosa Monteiro
Altemir da Silva Campos
América Peres Torres
Antônio Carlos Betencourt Rodrigues
Arlindo Kommers
Cleonice Lira Soares
Delmo Brito Tupinambá
Dulce Miriam Barros Ferreira
Francisca Serrate de Lima
Francisco Costa dos Santos
Francisco de Assis Ferreira da Silva
Francisco Roberto do Nascimento
Gregório Hernandes
Heráclito dos Santos
Hipérion de Oliveira Silva
José Américo Valetin
José Fernandes de Freitas
José Pereira Benfica
José Sebastião Alves Bezerra
Josefa Hernandes
Jucineide da Silva
Laíde do Carmo Bruce Fernandes
Manoel Peixoto Soares
Manuel Belchior de Albuquerque
Marelise Anadir Kommers Macuglia
Maria Darcy Silva Ferreira
Maria Luiza Pereira
Maria Rodrigues Bezerra
Maria Teresa Ferreira de Vasconcelos
Miracélio Floriano Peixoto
Ozemir de Souza Mota

Paulo Cezar Justo Quartieiro
Rosa Raimunda dos Santos
Rosália Nascimento de Freitas
Sebastiana Madeira da Silva
Severiano Braga de Moraes
Severina Lima Sobral da Cruz
Severino Barbosa
Severino Feliciano da Cruz
Ubirajara Riz Rodrigues
Vitalino Barbosa

In Memorian
Ana Cabral de Macedo
Antônio Vilanueva Seabra
Cacilda Bentes Carvalho
Cícero Vieira Neto
Délio de Oliveira Tupinambá
Edvan Pereira Santiago
Ilzo Montenegro Peixoto
José Faustino da Silva
Luiz Afonso Faccio
Marina Rodrigues Peixoto
Mario Roberto Flores
Sidney de Sá Lima
Sinésio Alves
Francisco Fernandes Sousa

Art. 2º A Mesa Diretora tomará as providências necessárias para a realização de Sessão de entrega da comenda constante do presente instrumento normativo.
Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Legislativo.
Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Casa Paulo VI - Sede Provisória do Poder Legislativo, 25 de agosto de 2009.

Deputado MECIAS DE JESUS
Presidente
Deputada MARÍLIA PINTO
1ª Secretária
Deputado REMÍDIO MONAI
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 019/09

Dispõe sobre a instituição da comenda Ordem do Mérito Legislativo de Roraima e dá outras providências.
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:
Art. 1º É instituída a comenda Ordem do Mérito Legislativo de Roraima, a ser concedida pelo Poder Legislativo, nos termos deste Instrumento Normativo.
Parágrafo único. A comenda ora instituída será entregue anualmente, em sessão especial a ser programada por ato da Mesa Diretora.
Art. 2º A Ordem do Mérito Legislativo de Roraima será concedida a Soberanos, Chefes de Estado e de Governo, Políticos, Magistrados, Membros do Ministério Público, de Tribunais de Contas, de Defensoria Pública, Militares, Diplomatas, Professores, Cientistas, Escritores, Funcionários Públicos, Desportistas e outras personalidades, pelos relevantes serviços vinculados ao cumprimento do interesse público, reconhecidos pelo Poder Legislativo Estadual.
Art. 3º A Ordem do Mérito Legislativo compreenderá 02 (duas) categorias, obedecendo à seguinte ordem:
I – Grande Mérito, destinada a premiar as obras de grande relevo, em geral praticadas por altas autoridades do Estado;
II – Mérito Especial, destinada a premiar as obras de relevo, em geral advindas das searas da Cultura, Ciência e Desporto, e o comportamento exemplar de agentes públicos, ao longo das respectivas carreiras funcionais.
Art. 4º É instituído o Conselho da Ordem do Mérito Legislativo, órgão colegiado constituído por 05 (cinco) Deputados, indicados, anualmente, pela Mesa Diretora.
§ 1º O Conselho é o órgão responsável pela gestão dos procedimentos necessários à concessão das medalhas referidas no art. 3º deste Decreto Legislativo, tendo a competência exclusiva para analisar toda e qualquer proposta de homenagem, podendo concluir pela formalização de encaminhamento ao Plenário e, ainda, informar aos Parlamentares as regras e quantitativos de indicações a serem apresentadas por estes à Mesa Diretora.
§ 2º Aplicam-se ao Conselho as regras inerentes às Comissões Técnicas, no que couber.
§ 3° Cada Parlamentar poderá indicar 01 (um) nome para o Grande Mérito e 01 (um) nome para o Mérito Especial, cabendo à Mesa Diretora indicar até 16 (dezesseis) nomes em cada categoria, não podendo ultrapassar a 80 (oitenta) o número total de homenageados por evento.
Art. 5º A Mesa Diretora expedirá os atos necessários à regulamentação deste Instrumento Normativo, em especial no tocante à definição de modelos e cores a serem adotados quando da confecção das medalhas.
Art. 6º As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Legislativo Estadual.
Art. 7º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Legislativo nº 005/06, de 14 de junho de 2006.
Casa Paulo VI - Sede Provisória do Poder Legislativo, 25 de agosto de 2009.

Dep. MECIAS DE JESUS
Presidente
Dep. MARÍLIA PINTO
1ª Secretária
Dep. REMÍDIO MONAI
2º Secretário

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 042/09

Excelentíssimo Senhor
Deputado MECIAS DE JESUS
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente:
Os Deputados que a este subscrevem, de conformidade com o art. 192, parágrafo único, inciso I, alínea "b", c/c inciso XVII do art. 196 e alínea "f" do art. 248, todos do Regimento Interno, requerem urgência urgentíssima para a realização de Sessão Extraordinária no dia 25 do corrente, às 15h, momento em que será ouvido em Comissão Geral, o Senhor Antônio Leocádio Vasconcelos, Secretário de Estado da Fazenda, atendendo a Requerimento nº 004/09, de 19 de março de 2009.
Sala das Sessões, 25 de agosto de 2009.
Deputados

INDICAÇÕES

INDICAÇÃO Nº 056/09.

O Deputado que a esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da seguinte Indicação:
INSTALAÇÃO DE 2.000(DOIS) MIL METROS DE REDE ELÉTRICA E MOTOR DE ENERGIA PARA A COMUNIDADE DO PACÚ – MUNICÍPIO DE NORMANDIA.

JUSTIFICATIVA

A instalação de 2.000(dois) mil metros de rede elétrica, bem como aquisição do motor de luz para a comunidade do pacu, localizada no Município de Normandia é indispensável, visto que atenderá 30 (trinta) famílias daquela localidade.
Sabemos também que a instalação da rede elétrica trará conforto e desenvolvimento para a comunidade.
Essa iniciativa amparada regimentalmente, foi a forma encontrada por este parlamentar para fazer com que o Executivo se sensibilize com a necessidade da comunidade acima citada.
Esse é o principal objetivo da presente Indicação
Sala das Sessões, 19 de agosto de 2009.

MARCELO CABRAL
Deputado Estadual

INDICAÇÃO Nº 057/09.

O Deputado que a esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da seguinte Indicação:
EXTENSÃO DE 2.000(DOIS) MIL METROS DE REDE ELÉTRICA E RECUPERAÇÃO TOTAL DOS POSTES DE ENERGIA DO MINICÍPIO DE NORMANDIA.

JUSTIFICATIVA

A extensão de 2.000(dois) mil metros de rede elétrica, bem como a recuperação dos postes de energia do Município de Normandia é necessária, visto que uma parcela da população daquela localidade não tem acesso à energia.
Sabemos também que a recuperação dos postes de energia elétrica trará mais segurança para a população que necessita se desloca durante a noite.
Essa iniciativa amparada regimentalmente, foi a forma encontrada por este parlamentar para fazer com que o Executivo se sensibilize com a necessidade da comunidade acima citada.
Esse é o principal objetivo da presente Indicação
Sala das Sessões, 19 de agosto de 2009.

MARCELO CABRAL
Deputado Estadual

INDICAÇÃO Nº 058/09.

O Deputado que a esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da seguinte Indicação:

RECUPERAÇÃO DA ESTRADA QUE DÁ ACESSO A COMUNIDADE DO EREU – MUNICÍPIO DO AMAJARÍ.

JUSTIFICATIVA

A recuperação da estrada torna-se vista que os moradores daquela região estão com grandes dificuldades de acesso a outras localidades.

Sabemos também que a recuperação da mesma oferecerá maiores benefícios aos produtores que necessitam escoar seus produtos.

Essa iniciativa amparada regimentalmente, foi a forma encontrada por este parlamentar para fazer com que o Executivo se sensibilize com a necessidade da comunidade acima citada.

Esse é o principal objetivo da presente Indicação

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2009.

MARCELO CABRAL

Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

ATA DA MILÉSIMA OCTINGENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIGÉSIMO OITAVO PERÍODO LEGISLATIVO DA QUINTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia vinte de agosto de dois mil e nove, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a milésima octingentésima quinquagésima quinta Sessão Ordinária do trigésimo oitavo Período Legislativo da quinta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Não havendo quorum regimental, a Senhora Presidente em exercício, Deputada **Marília Pinto,** suspendeu a abertura dos trabalhos por 15 minutos. Após o tempo estipulado, e havendo quorum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Chico Guerra,** declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Em seguida, solicitou à Senhora Primeira Secretária, Deputada **Marília Pinto,** proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDO DOS DEPUTADOS**: Indicação s/nº, de 18.08.09, de autoria do Deputado **Remídio Monai**, ao Governador do Estado de Roraima, solicitando a recuperação e ampliação da Escola Estadual Rui Barbosa, na Colônia Coronel Mota (Taiano), no Município de Alto Alegre; Indicação s/nº, de 18.08.09, de autoria do Deputado **Remídio Monai**, ao Governador do Estado de Roraima, solicitando a reforma do Posto Médico da Comunidade Indígena Raposa, no Município de Normandia; Indicação s/nº, de 19.08.09, de autoria do Deputado **Tião Portella**, ao Governador do Estado de Roraima, solicitando a reforma e ampliação da Feira dos Produtores Rurais do Município de Rorainópolis; Requerimento nº 001/09, de 19.08.09, da Comissão Especial Externa criada através da Resolução nº 017/09, requerendo, após ouvir o Plenário, prorrogação de prazo de funcionamento da referida Comissão, por igual período; Requerimento nº 002/09, de 17.08.09, da Comissão Especial Externa criada através da Resolução nº 014/09, requerendo, após ouvir o Plenário, prorrogação de prazo de funcionamento da referida Comissão, por igual período; Indicação s/nº, de 19.08.09, de autoria do Deputado **Chicão da Silveira**, ao Governador do Estado de Roraima, solicitando a inclusão, no Plano de Ação do Governo, da recuperação em todo o trecho da Vicinal 01 de Campos Novos, Município de Iracema. **EXTERNO:** Ofício nº 757/09-GP, de 17/08/09, encaminhando, para apreciação da Casa, Projeto de Lei Complementar que "Altera os artigos 31 e 41 da Lei Complementar nº 002, de 22 de setembro de 1993, e dá outras providências"; Comunicado nº AL000464/09, de 04/08/09, do Ministério da Educação, informando a liberação de recursos para a Secretaria de Educação do Estado de Roraima, destinados ao Plano de Ações Articuladas – PAR. **GRANDE EXPEDIENTE**: Não houve orador. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 045/08, que "Dispõe sobre a doação de produtos apreendidos no Estado de Roraima, nos termos que especifica", de autoria da Deputada **Socorro Simões;** e do Projeto de Decreto Legislativo nº 021/09, que "Dispõe sobre a Instituição da Comenda Ordem do Mérito Legislativo do Estado de Roraima e dá outras providências", de autoria da Mesa Diretora. Em seguida, informou que, por falta de quorum no momento da Ordem do Dia, a discussão e votação das matérias foram transferidas para a próxima Sessão, justificando a ausência de alguns Parlamentares, a serviço desta Casa. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** Não houve. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 25, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Erci de Moraes, Ivo Som, Lúcia Peixoto, Marcelo Cabral, Marília Pinto, Remídio Monai, Rodolfo Braga, Socorro Simões** e **Tião Portella.**

Aprovada em: 25/08/09

ATAS COMISSÕES

REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2009.

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e nove, às nove horas e cinqüenta e cinco minutos, no Plenário Casa Paulo VI, Sede Provisória do Poder Legislativo, sito à Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Bairro Calungá, reuniram-se as Comissões Permanentes deste Poder. Conforme preceituam os artigos 50 e 56 do Regimento Interno desta Casa de Leis, assumiu a Presidência da Comissão o Senhor Deputado Rodolfo Braga, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final. **Expediente**: O Senhor Presidente constatou em pauta o **Projeto de Lei n.º 039/09**, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a criação de Cargos Comissionados e Funções de Assistências Intermediária para Estrutura Organizacional da Secretaria de Estado da Saúde, e dá outras providências"; e **Projeto de Lei n.º 040/09**, de autoria Governamental, que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interna, junto ao Banco do Brasil S/A, no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal-PEF/BNDES, e a oferecer garantias e alteração de Programa constante na Lei nº 633, de 07 de janeiro de 2008, Plano Plurianual-PPA". Prosseguindo, o Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado Flávio Chaves, para relatar o Projeto de Lei nº 039/09; e a Deputada Aurelina Medeiros, para relatar o Projeto de Lei nº 040/09. **Ordem do Dia:** O Senhor Presidente informou à Comissão que as Proposições a seguir relacionadas, já se encontram com relatores designados na reunião anterior, e por conseguinte com Pareceres: **01) Projeto de Lei n.º 021/09**, que "Altera dispositivos da Lei n.º 59, de 28 de dezembro de 1993, que "dispõe sobre o Sistema Tributário Estadual e dá outras providências." Relatora, Deputada Aurelina Medeiros. Parecer Favorável. **02) Projeto de Lei n.º 022/09**, que "Altera a Lei n.º 318, de 31 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais de estímulos à realização de Projetos culturais no Estado de Roraima." Relator, Deputado Flávio Chaves, Parecer Favorável. E, então, o Senhor Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que os senhores Deputados Chicão da Silveira e Aurelina Medeiros, Relatores dos Projetos de Lei números 039/09 e 040/09 emitissem os pareceres. O Senhor Presidente, ao constatar a complexidade do Projeto de Lei nº 040/09, solicitou da Mesa a presença do Senhor **Samir Hatem,** Secretário de Estado da Saúde, para fazer explanação da Proposição aos Senhores Deputados que compõem esta Comissão. Atendida a solicitação do Presidente desta Comissão, o Secretário de Estado da Saúde fez **a defesa** do Projeto de Lei, a qual foi transcrita na integra:

O Senhor Secretário de Saúde **(Samir Haten)**- Agradeço aos Deputados pela oportunidade de nós estarmos aqui e procedermos a exposição dessa importante medida do Governo visando o saneamento nessa parte dos cargos comissionados da Secretaria de Saúde. Na verdade a Secretaria de Saúde possui um organograma de 1991 e ao longo desses anos, com o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, do SUS, que fez vinte anos no ano passado, muitos aperfeiçoamentos foram feitos a nível de Ministério da Saúde. Principalmente no tocante aos blocos de financiamento da saúde pública do país. Então nasceu a assistência farmacêutica, urgência e emergência, atenção especializada, atenção básica, que se transformaram, ao longo desses anos, em coordenações gerais a nível de Ministério, Secretarias Nacionais e que dividiram os financiamentos dessa forma. Nós realizemos um trabalho técnico buscando fazer um batimento com essa orientação nacional e hoje nós vamos ter na Secretaria de Saúde, caso os senhores concordem, oito grandes departamentos, coordenações gerais. E, melhor agora, com a nova nomenclatura que vai deliberar e apoiar o Secretário e a Secretaria no seu dia a dia. Fora, nós estamos dando uma estrutura formal para o Hospital Geral, para a Maternidade, para o Cosme e Silva, para o Coronel Mota e para os demais serviços que nós praticamos aqui na Capital. Então isso justifica o porquê de mexermos nos trezentos e vinte e dois cargos que hoje existem e que são oriundos da Lei de noventa e um. Doas trezentos e vinte e dois cargos nós mudamos a nomenclatura e a forma deles e ficamos apenas com noventa e um do jeito que estão. Então, duzentos e trinta e um foram adaptados para um novo arranjo e nós estamos trazendo cento e quarenta e oito novos cargos que estão sendo pagos de uma maneira alternativa que é via cooperativa. Isso nos causa um desconforto muito grande porque um diretor, por exemplo, da Atenção Básica, o diretor da Regulação, o diretor da Urgência e Emergência , o diretor do Planejamento, Auditoria, enfim uma série de órgãos que são eminentemente técnicos e fundamentais para o funcionamento de qualquer máquina, hoje, eles são na verdade pessoas de um quadro de prestadores de serviço. Para nós isso é grave. Desde o primeiro instante em que começamos a trabalhar nós alertamos para esse fato, e o Governador entendeu, se sensibilizou. Então, começamos a traçar esse novo desenho do organograma da saúde. Existiram muitas dificuldades. Por quê? A própria máquina do Estado, a Secretaria de Planejamento, a

Planejamento, a Secretaria da Fazenda, a Secretaria de Administração, Procuradoria, tivemos que vencer todos esses organismos e as comissões que lá existem para chegarmos à remessa final do documento aqui para a Assembléia, que é onde vai acontecer ou não a questão da aprovação desses cargos e o rearranjo. Na verdade é um rearranjo desses cargos. Nós não estamos criando nenhum cargo novo. Estamos arrumando esse mosaico, esse tabuleiro que hoje existe e que é impossível de você gerenciar de uma forma tranqüila. Porque as pessoas que hoje são da Cooperativa e que estão respondendo pelas áreas, as suas assinaturas poderão ser questionadas e aí volta toda a responsabilidade para o titular da Pasta e obviamente para o Governo do Estado. Então eu queria fazer um apelo aos Senhores para que nos dessem mais esse voto de confiança e que a gente, a partir da aprovação dessa importante Lei, extingua esse momento difícil que os nossos servidores, que hoje ocupam os cargos comissionados passam. Hoje eles são remunerados pela Cooperativa e até por plantões extras. Então você não sabe quem realmente faz o plantão, quem não faz. É outra dificuldade, porque aí cai na mesmice. São muitos funcionários e a gente fica sem um controle efetivo. Que é o que os senhores mesmos nos cobram. Na exposição para a qual que nós viemos aqui, ficou bem claro isso. É importante ressaltar que o Ministério Público, Tribunal de Contas da União, todo mundo que analisa, escreve e recomenda que a gente corrija essa situação. Então, na verdade o Governador do Estado, Governador Anchieta, se sensibilizou e apoiou essa iniciativa. Como eu disse, a dificuldade da própria máquina do Executivo nas secretarias de Fazenda, Planejamento, têm uma visão de que deveriam resolver o problema do Estado inteiro, todas as secretarias. Mas as outras secretarias não têm o problema que a Saúde tem. Não tem hoje cento e tantas pessoas recebendo via cooperativa e sendo até diretores, que é o cargo imediatamente abaixo do Secretário. Ou seja, metade dos meus diretores são cooperativados. E sem direito a Décimo Terceiro e a Férias também que é uma uma outra excrescência porque é um Diretor de Departamento, como é que agüenta trabalhar quatro, cinco anos sem ter direitos? Porque a Cooperativa é um pagamento diferente, é por produção. Não é por uma remuneração fechada, teoricamente. Agradeço e estou à disposição. Acho que têm muitas dúvidas.

O Senhor Deputado(**Jalser Renier**):
Senhor Presidente, eu gostaria de esclarecer uma dúvida. Com a aprovação desse Projeto, a Secretaria de Estado de Saúde pretende, no caso extinguir a cooperativa?

O Senhor Secretário de Saúde **(Samir Haten**): Deputado, não. Nós não temos hoje condições de extinguir e de lançar mão da Cooperativa. Por que? A Cooperativa, vai ficar, é compromisso nosso com a Secretaria de Fazenda, Planejamento e Administração. Vamos ficar apenas com os médicos e com os profissionais de saúde que ainda nós não possuímos no quadro efetivo. Nenhum Estado conseguiu, não sei, Deputada Marília pode até me ajudar. Nenhum Estado conseguiu lançar mão de uma folha supletiva de médicos. Pelo menos no Brasil. Todos os Estados acabam contratando mais médicos do que possuem no quadro ou serviços médicos, porque é muito dinâmica a medicina e a população vai crescendo muito, e a gente não consegue acompanhar tendo médicos suficientes no quadro efetivo. Então a Cooperativa continua. Só o que nós estamos terminando hoje, caso consigamos sucesso nesse projeto, é a parte administrativa. Isso a gente fecha, e eu espero, é um compromisso nosso, nós não vamos ter. Vamos ter dificuldades sim, porque é uma pressão grande, porque o desemprego está grande. Mas nós vamos destinar a Cooperativa para aquilo que ela foi criada. É um bom instrumento, mas um instrumento supletivo. Não pode ser um instrumento para eu ter Diretor contratado.

O Senhor Deputado (**Chicão da Silveira):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, nossas boas-vindas, muito obrigado ao doutor Samir, Secretário de Saúde do Estado, por estar aqui com as suas explicações, tirando nossas dúvidas. Perguntaria ao Secretário se esses quatrocentos e setenta cargos, se encontram preenchidos e mediante a aprovação, hoje esses preenchimentos são preservados e se esses funcionários vão permanecer ou se vão ser exonerados e serão contratados novos funcionários. Se realmente há permanência ao preenchimento das quatrocentas e setenta vagas e a permanência dos atuais servidores que prestam serviço à Secretaria de Saúde.

O Senhor Secretário de Saúde (**Samir Haten**): Essa foi uma preocupação que foi levantada ontem e nós nos comprometemos, inclusive, a trazer os nomes das pessoas e que a gente garanta essa migração para que não haja dispensa de quem quer que seja. Agora, ao longo do tempo, uma ou outra substituição é natural que tenha, mas a princípio, todas as pessoas hoje estarão aproveitadas. Elas saem de um sistema e vão ser aproveitadas e lotadas no outro sistema.

O Senhor Deputado (**Chico Guerra)**: Gostaria de comunicar aos senhores deputados, ficou combinado ontem com o Presidente e o Secretário, que ainda hoje ele mandaria para a Assembléia a relação dos quatrocentos funcionários, dos quais trezentos e alguma coisa que já estão no quadro da Saúde e os cento e quarenta e oito que irão entrar no quadro depois de aprovada essa Lei. Isso é compromisso já comprometido com ele. Com a palavra Deputado Flamarion.

O Senhor Deputado (**Flamarion Portela**): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, dou as boas-vindas ao meu amigo Samir Haten, Secretário de Estado da Saúde. Secretário, eu estava lendo aqui o parecer da PROGE. No terceiro parágrafo diz o seguinte: remetidos os autos ao órgão de origem, quer dizer, retornar à própria Secretaria de Saúde, foi expedida Nota Técnica como se depreende no documento de folhas cento e vinte e cinco a cento e cinquenta e dois. E ele diz ainda, entretanto os mencionados projetos carecem ainda de exposição de motivos e artigo cuja redação especifica os dispositivos artigo por artigo que serão revogados. Por último, diz o Procurador, reitero e ratifico as considerações salientadas no ..... do Parecer, em especial quanto à necessidade de lei previamente fixando as atribuições dos cargos comissionados a serem criados. Diz ele ainda, assim sendo, somente com o cumprimento das providências acimas exigidas é que os presentes projetos alcançarão a viabilidade jurídica para sua aprovação. Dessa maneira encaminha-se os autos, aí dá um despacho final. Foi feito no dia dois de junho de dois mil e nove pelo Procurador Eduardo Daniel Lazarti Moron. Ou seja, a própria PROGE está dizendo aqui que se não fizer essas correções, ele não tem viabilidade jurídica para sua aprovação. Está dito aqui no parecer da PROGE. Não sou eu que estou dizendo, doutor Samir. Outra coisa a esclarecer, já foi, Deputado Guerra já falou que o de Secretário vai encaminhar pra cá a relação dos cargos que estão sendo ocupados de forma legal, direta, com os cargos comissionados e aqueles que são de forma ainda precária, nomeados pela Cooperativa. Também, Secretário, me chama a atenção, quando eu estava vendo aqui, tem setenta e sete cargos que vão ganhar menos que o Salário Mínimo. A gente recebe aqui na Assembléia Legislativa um Projeto de Lei, e encontramos setenta e sete cargos dos quatrocentos setenta que vão ganhar de trezentos e vinte e um reais a quatrocentos e e quarenta e quatro e oitenta e cinco. Por que isso me chama a atenção? Porque a Secretária de Gabinete, por exemplo, ela pode ser nomeada pelo Secretário e não ter vínculo. Ela não tem vínculo, pode ser escolhida de livre arbítrio do Secretário. O Assistente, que vai ganhar trezentos e vinte e um reais, pode ser escolhido de livre arbítrio. Então nós temos setenta e sete cargos, Senhores Deputados, que receberão remuneração menor que o Salário Mínimo. E nós sabemos que Constitucionalmente isso não pode ocorrer. Eu até perguntaria ao Secretário: como é que vem para a Assembléia uma remuneração menor que o Salário Mínimo vigente no País, neste momento? Por enquanto, eu ainda não me aprofundei na matéria, são as dúvidas que sugiram aqui ao captar com velocidade, com rapidez, então pediria esclarecimento ao Secretário porque também não encontrei nessas peças que me deram, nenhuma retificação, nenhuma correção daquilo que o Procurador Eduardo pediu à Secretaria de Saúde, que visse artigo por artigo, especificando. Repito o que ele disse: fica necessitando na Lei presente e fixando as atribuições dos Cargos Comissionados a serem criados. Se não ocorrer isso, estaremos diante de uma inviabilidade jurídica para a aprovação da matéria. Era só, Senhor Presidente.

O Senhor Secretário de Saúde (**Samir Haten**): Nessa questão do Jurídico, houve um equívoco da Procuradoria no primeiro momento com a equipe técnica. Existia realmente, Deputado, a criação de um novo cargo que não existia na estrutura do Estado, já nas leis aprovadas e vigentes que regem o funcionalismo público estadual. Então nós recuamos e ajustamos aos cargos eminentemente existentes na estrutura do Estado. Então aí caiu a necessidade da atribuição do cargo. Porque na verdade nós adaptamos todos os cargos que nós requeremos a cargos já existentes na máquina estadual. Então supriu-se essa função. E aí até explica a questão do salário, do valor do cargo ser menor do que o Salário Mínimo. Porque em todas outras secretarias, esses CDIs continuam menores. Agora, esses cargos, a minha orientação, é que eles sejam ocupados por servidores concursados. Porque acredito que a Assembléia aprovou e o Executivo remeteu pra cá com essa intenção de prestigiar os concursados. Porque eu penso que até pra você trazer pessoa de fora da máquina estadual para ganhar um Salário Mínimo, como comissionado, é algo que não funciona bem. Então a gente está procurando prestigiar os servidores da própria Casa. E aí, quando se soma o salário efetivo não tem problema se são duzentos, trezentos reais. Agora eu sei que, o que eu conheço la na SEGAD, quando eu nomeio uma pessoa pra esse CDI, que é menor que um Salário Mínimo, a Folha automaticamente já paga o Salário Mínimo. Não há ninguém ganhando menos que um Salário Mínimo, porque é contra a regra legal. Então eu não sei se isso esclarece suas dúvidas. Mas a questão da Procuradoria, a gente reviu o posicionamento pra inclusive diminuir a pressão. Então nós trabalhamos eminentemente com os cargos que já existem. Nós estamos mexendo aqui só com quantidade. Era isso. Não sei se esclareceu, Deputado Flamarion.

O Senhor Deputado (**Chico Guerra**); Com a palavra o Deputado Ionilson Sampaio.

O Senhor Deputado (**Ionilson Sampaio)** : Bom Dia, Secretário doutor Samir.
Doutor Samir, na Nota Técnica, eu acho que Vossa Excelência deve ter aí uma cópia da Nota Técnica da SEPLAN, na página quatro, mais especificamente diz que esse novo rearranjo administrativo necessitará de um valor de noventa e quatro milhões, trezentos e oitenta e nove mil reais

e trinta e quatro centavos para pagamento de despesa de pessoal, que corresponde a um aumento percentual de 7,07% em relação ao salário inicial, ao salário atual. Na conclusão da Nota Técnica da SEPLAN, como é curta, eu gostaria de ler isso aqui. "Informamos que, para o exercício financeiro de dois mil e nove, o salário atual já apresenta uma necessidade de suplementação de treze milhões, cento e cinquenta e dois mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinco centavos decorrentes de déficit orçamentário entre a real necessidade das despesas com pessoal e encargos da Secretaria Estadual de Saúde, e o autorizado na Lei Orçamentária para o exercício de dois mil e nove, conforme consta em justificativa do anexo do ofício número mil duzentos e quarenta, de dois mil e nove, da SESAU, do Gabinete, de vinte e dois de maio de dois mil e nove. Portanto, na proposta de unidade orçamentária de dois mil e nove constam alocados na ação de administração de Recursos Humanos da SESAU, o montante de setenta e cinco milhões de reais . Entretanto, para implementação do Projeto de Lei em análise, ou seja, para você poder fazer esse rearranjo administrativo serão necessários além dos três milhões, cento e cinquenta e dois mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinco centavos, um valor adicional de seis milhões, duzentos e trinta três mil, duzentos e sessenta reais e vinte e nove centavos totalizando um valor de dezenove milhões, duzentos e setenta e três mil, trezentos e setenta e quatro reais de necessidade de recurso suplementar. Que não está previsto na nossa LDO, que isso não foi votado isso. O impacto orçamentário para atender a solicitação da Secretaria de Estado da Saúde, referente à proposta de restruturação dos cargos tem um custo adicional de junho a dezembro, apenas desses ano, de seis milhões, duzentos e trinta e três mil, duzentos e sessenta reais e vinte e nove centavos na despesa de pessoal e encargos da Secretaria de Saúde. E ele diz aqui, na conclusão final, que sugere que a referida solicitação seja encaminhada para conhecimento da Câmara temática de políticas de Recursos Humanos do Comitê de Gestão Estratégica do Governo do Estado, o CONGEST porque não está previsto, não está observando o que preceitua o artigo dezesseis /dezessete da Lei Complementar número cento e um, de quatro de maio de dois mil, ou seja, informa que não consta alocado recurso suficiente na Lei Orçamentária de dois mil e nove para atender as despesas relativas à solicitação da Secretaria de Estado de Saúde. Existe já um parecer da PROGE, como o Flamarion citou, é um parecer contrário também da própria SEPLAN em relação a esse rearranjo e essa estrutura organizacional que Vossa Excelência está tentando implementar na Secretaria de Saúde. Eu creio que isso pode ser corrigido para que não fira a LDO, pra que a gente possa depois apreciar isso. Mas da maneira como está aqui, há um parecer da SEPLAN contra e também da PROGE.

O Senhor Secretário de Saúde (**Samir Haten**) :Não, desculpa, Deputado. Da PROGE, eu já expliquei que, foi sanado. Ele apontou que se a gente continuasse com a proposta inicial da criação de, porque a gente tinha criado especificamente em saúde, pra que protegesse a Secretaria para o futuro de que nenhum cargo da Secretaria de Saúde pudesse ser retirado da Secretaria de Saúde. E a gente sabe que essa prática já aconteceu no passado. Então, o que a gente tinha colocado era o cargo assim, na verdade, que existiam na estrutura só que especificamente em saúde., pra amarrar bem. Ele esclareceu que se a gente persistisse nisso nós teríamos que fazer isso que o Deputado Flamarion cobrou.. Nós abandonamos isso. Nós confiamos então que quem no futuro estiver responsável ,não retire nenhum cargo da estrutura da Saúde pra ir para Secretaria de Educação, essa coisa toda. No caso da SEPLAN, ele não vetou. Ele simplesmente deu a visão dele. Já alertou que tem uma necessidade de treze milhões que independente desse projeto ou não vai ter que vir pra cá, porque foi subestimado. Não fomos nós que criamos essa despesa. Foi feito um planejamento insuficiente pra cumprir os doze meses deste ano . Então já tem lá treze milhões que a Secretaria de Planejamento já entende que sim. E ele falou que teria mais seis. Por quê? Ele não entende, Deputado, o técnico, a gente foi lá com ele e ele falou assim – eu não posso colocar que vai sair da Cooperativa. Eu não aceito. Eu não vou escrever isso.-_ Só que eu estou te dizendo, nós dissemos pra ele e aí eu, no documento que eu fiz para o doutor Haroldo, falei que assino o termo de responsabilidade, tipo aquele que a gente faz para o Ministério Público, Termo de Ajustamento de Conduta com a SEPLAN, que eu vou repassar todos os cargos para o dinheiro desses cargos que hoje estão na Cooperativa, pra Folha normal. Então, lá estão. Na verdade eu não vou precisar de seis milhões. Eu vou precisar, a Paulinha está com ele aberto aqui, a Deputada Marilia tinha razão. Se a gente pudesse ter projetado, são quatro milhões, quatrocentos e oitenta e um mil , setecentos e sessenta e seis reais e noventa e um centavos. Eu não preciso de seis milhões para o ano inteiro, pra este resto de ano. Se a gente pagasse, que dá 5,08. Ele estimou e como técnico do Planejamento e da Fazenda, além de ser jogo duro, demorou pra chegar aqui por causa disso, e nós passamos na Câmara Técnica que é presidida pela Secretária de Administração, Secretário de Planejamento, Secretário de Fazenda, Procuradoria Geral. É uma Câmara. Nós fomos lá, fizemos a defesa, e eles deram de acordo. Só, depois de ter sido aprovado lá, é que o Governador pode mandar a Mensagem pra cá. Infelizmente a gente tinha uma expectativa de conseguir remeter isso pra cá, dois, três meses atrás. Foi por isso, Deputado Ionilson. Essas solicitações foram sanadas, não sei se estão aqui dentro desses, mas eu pediria que fossem anexadas, porque se não estivesse passado aqui, o Governador não poderia fazer a remessa pra cá.

O Senhor Deputado(**Flamarion Portela):**Secretário, Presidente, posso ainda pedir algum esclarecimento? A pergunta é essa, secretário Samir Haten. Se a Secretaria não estivesse reestruturando agora o Plano de Cargos e Salário, precisaria desses quatro milhões também para manter a Secretaria funcionando a contento? Porque o que estou observando é o seguinte: Um grupo que recebe pela Cooperativa também sai do Fundo Estadual de Saúde. A Cooperativa paga, aliás, o Fundo Estadual de Saúde também paga a Cooperativa. Com a aprovação desse Plano o que vai acontecer, deixa-se de pagar através da Cooperativa e paga-se de forma formal, direta, legal. O que acresce aí? Décimo terceiro salário, férias, licença gestante, encargos sociais. Claro, já que a Cooperativa não paga, legalmente, o Estado vai ter que pagar. Isso é um acréscimo natural, porque a Cooperativa não paga isso. Mas a minha pergunta, repito! Se não houvesse essa reestruturação, nós teríamos esses quatro milhões ou não? Em outras palavras, nós estamos trocando seis por meia dúzia? Na realidade nós não vamos ter incremento de despesas com aprovação desse Plano?

O Senhor Secretário de Saúde (**Samir Haten**) - É isso mesmo, Deputado. O raciocínio é esse. Nós vamos tirar uma despesa que vai acontecer de todo jeito na Cooperativa, vai continuar acontecendo ou a gente migra essa despesa para o organograma, não é o Plano de Cargos ainda, mas é o organograma ajustado. E vejam bem, um Servidor, Deputado Flávio, que é nomeado pelo Governador, que só o Governador pode tirar ele, é bem diferente de ter um Diretor que está ali tocando a máquina, que o Diretor da Cooperativa pode tirar ele, deixar ele sem salário, como tem acontecido ao longo do tempo. Na verdade eu estou ganhando respeito para esses servidores, estou dando atribuições e o poder do Estado para que ele possa cobrar dos profissionais da Saúde o melhor atendimento. Porque um Diretor de hospital de grande porte, que pode ser retirado por uma direção de uma cooperativa, que tem interesse e que presta serviço para aquele hospital, fica difícil pra gente aceitar isso e fica difícil até da gente ajudar esse diretor. Hoje, praticamente a gente só tem o diretor e alguns cargos no hospital, por exemplo. Então, os coordenadores todos ganham pela cooperativa, na maioria, porque os serviços são novos. Serviço de oncologia é novo, serviço de cardiologia, que está sendo buscado, serviço de ortopedia. Quer dizer, como é que o coordenador que vai cobrar do cooperativado pode cobrar fortemente se ele também é cooperativado. Então fica uma incongruência aí de atitude.

O Senhor Deputado (**Mecias de Jesus**) - Com a palavra o Deputado Erci de Moraes.

O Senhor Deputado (**Erci de Moraes**) - Senhor Presidente, eu quero cumprimentar o doutor Samir, meu particular amigo, e dizer que dentro do possível eu já havia feito uma análise dessa proposta e concordo plenamente com as justificativas apontadas por Vossa Senhoria e acrescentando mais, no caso, na situação em que se encontra atualmente, o caso ainda é mais grave. Não é só a responsabilidade do senhor como gestor. Mas, eu imagino a própria situação desse cidadão. Por exemplo, Presidente da CPL, sendo um cooperativado. Que responsabilidade ele tem? se não há um vínculo formal dele com o Estado? É um prestador de serviço. Então, só para citar, que eu acho que é uma providência que urge seja tomada para regulariza-la. Com relação àqueles que ganham os FAE, que ganharão nas funções gratificadas menos que o salário mínimo, uma das reivindicações muito pertinente dos funcionários públicos estatutários, é que pelo menos um percentual desses cargos lhes seja reservado por direito, por lei. Nós já votamos, aqui nesta Casa, leis assim. No Tribunal de Contas, se não me engano, cinquenta por cento dos cargos comissionados têm que ser preenchidos por funcionários concursados. Então eu acredito que o Gestor inteligente, independente ou não de Lei, até pelo vínculo desse funcionário estatutário, ele vai buscar realmente concursados para atribuir aquela função gratificada, ainda que menor que o Salário Mínimo. De modo que, no meu entendimento, o Projeto de Lei é altamente pertinente porque vem corrigir uma situação anômala e pra não dizer quem sabe até ilegal, que vem se perpetuando e que dificulta, quem sabe, até não se reflete no próprio desempenho dessa centena de prestadores de serviço da Cooperativa, que não devem se sentir muito à vontade ao terem que atuar dessa forma. De modo que eram esses os comentários que eu queria fazer, louvando a atitude de Vossa Senhoria no sentido de regularizar essa situação.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) - Secretário, tem alguma consideração a fazer ao Deputado Erci?

O Senhor Secretário de Saúde (**Samir Haten**) - Nós hoje temos, a Andressa acabou de mandar um Torpedo aqui, do RH, que hoje a gente tem cerca de sessenta por cento dos concursados por conta desses cargos, que a gente entende que não adianta dar um cargo de quatrocentos reais pra alguem ser comissionado.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) - Talvez seja por essa folga toda que a Cooperativa tem, controlando até o pessoal administrativo, que dizem por aí, a boca solta que a Cooperativa é que manda na saúde do Estado. O Secretário Samir nos promete virar esta página. A Cooperativa não pode ser o gestor da saúde no Estado. Com a palavra o Deputado

Flávio Chaves.

O Senhor Deputado (**Flavio Chaves.**) - Senhor Presidente, amigo Samir, muito dos meus questionamentos Vossa Excelência já explicou. Por que Vossa Senhoria, junto com o Poder que faz parte do Poder Executivo, não solicita o retorno desse Projeto ao Executivo. O vice líder não gostou, mas é uma posição que eu estou dando, para adequar ao que Vossa Senhoria está acabando de dizer. De 5.0% em vez de 7.07%. O parecer da Procuradoria para se adequar. Vossa Excelência já explicou, já justificou. Mas nós vamos votar, amigo Samir, é o que está escrito no Projeto. Então, o que acontece, eu faço uma outra pergunta a Vossa Senhoria. Samir, aqui nós só trabalhamos em cima do trezentos e vinte e um, ponto trinta e nove, quatrocentos e quarenta e quatro, oitenta e cinco. Tem pessoas que estão recebendo ou vão receber esta comissão ou remuneração, que também fazem parte da Cooperativa? Uma outra pergunta. Tem pessoas, funcionários públicos federais que também recebem pela Cooperativa, também vão receber estas comissões nesse quadro de pessoal? Essas são as perguntas que gostaria de fazer a Vossa Excelência e agradecer porque as outras dúvidas que eu ia fazer, uns três deputados já fizeram e Vossa Senhoria já deu as providências.

O Senhor Secretário de Saúde (**Samir Haten**) – Eu queria ponderar com o Deputado Flávio essa questão do retorno, acredito que não seja necessário. O que houve aí, na verdade, é o processo. O Projeto de Lei, é uma peça muito curta, muito sucinta, inclusive, deu todo esse transtorno, quando o Presidente falou, olha o que veio aqui. Até eu fiquei na dúvida. Sai só uma lista de um quadro que não explica nada. Eu falei, olha, é impossível a gente aprovar um negócio desse. Eu pensei que teria ao menos vindo um organograma com o mapa disso, tipo um projeto de engenharia, não é, Deputado Flávio Chaves? E aí isto está esclarecido. Com essas ponderações que os deputados Flamarion e Ionilson alertaram, foram corrigidas e supridas, principalmente na última barreira que foi essa Comissão da qual fazem parte os secretários de Administração, Planejamento, Fazenda, Procuradoria Geral. Porque lá, se tiver qualquer coisa em desacordo, eles não deixam passar. E passaram também por conta do momento, que foi muito bem entendido e colocado pelo Deputado Erci. As pessoas estão assinando e trombando com a cooperativa, e o que o Deputado Presidente Mecias colocou também. Porque quem tem a força hoje, quem paga essas pessoas é a Cooperativa. Então ele deixa fora da Folha, o cara tem que correr atrás. É, mas o que houve. Você está apertando uma área tal, outra área tal. Isso a gente acaba, porque só quem tira um Diretor, um Coordenador Geral, um Coordenador, vai ser o Governador devidamente encaminhado pelo Secretário. Então essas questões legais, formais já estão supridas, estão justificadas. A sua outra dúvida é, no final de janeiro, desde que nós assumimos, um dos primeiros atos foi separar essa questão das remunerações. Não tem nenhum servidor, concursado do estado, recebendo pela Cooperativa. Administrativo. Não tem. O que existe é só a questão da produção dos plantões médicos, que alguns ainda recebem pela Cooperativa. Uma parte recebe pelo Estado, uma boa parte e a outra parte, que é a diferença, que a gente não tem como fugir disso ainda, precisa pensar como se ajusta isso, recebe. Mas cargo comissionado não recebe Cooperativa desde que a minha responsabilidade está sob a Pasta. Não tem acúmulo. E agora federal. Os federais tem uma interpretação diferente, de que pode haver uma remuneração. Mas os federais , com essa aprovação, agora, que extingue também, Só vão ficar médicos. Médicos federais, hoje, são muito poucos, que fazem plantões, é reduzido o número. Não é expressivo. Então, na verdade, a sua preocupação se extingue desde que a gente organize isso. Porque aí não vai ter mais brecha, de mandar junto, numa Folha, mandar o nome, porque são centenas de nomes, pra passar um ou outro. A gente extingue essa questão.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**); Deputado Remídio.

O Senhor Deputado (**Remídio Monai**) – Secretário, a Cooperativa não tem Décimo Terceiro e Férias, mas no salário acabam sendo embutidas essas compensações. Uma vez que vai transferir da Cooperativa para o Salário, vai haver uma redução no Salário para poder serem pagos as Férias e o Décimo Terceiro? Outra coisa, eu queria que o senhor pegasse a relação e uma caneta, é só um esclarecimento, aqui. Por exemplo, Coordenador geral da Saúde. São dez cargos. Gerente de Unidade de Saúde de grande porte, mais dezenove cargos. Diretor Geral de Unidade de Saúde, mais dez cargos. Diretor de Departamento da da Saúde, mais quarenta e dois. Gerente de Unidade de Saúde de médio porte, mais doze. Diretor Geral, mais cinco. Coordenador da Saúde, mais sete. E aí vem Gerente de Unidade de Saúde de pequeno porte mais seis, Gerente de Núcleo da Saúde, setenta e sete, Chefe de Divisão, nove. E, por último, Secretário, além de ter, aqui, Chefe de Divisão, nove cargos, aí por último tem Chefe na saúde. O que é Chefe na Saúde, além desse monte de cargo, onde é que vão ser distribuídos na prática esses chefes, esses gerentes, esses diretores e os nomes são mais ou menos parecidos.

O Senhor Secretário de Saúde (**Samir Haten**) -Bom, Deputado, a gente preparou a exposição do Organograma. Ele, realmente, como acabei de registrar, por esta planilha fica difícil a gente enxergar esses cargos. Mas eles estão todos na distribuição dos Organogramas que eu gostaria de projetar, se fosse possível. Porque, realmente a estrutura da Secretaria é bem ampla. Só no Hospital Geral, por exemplo, esses cargos estão distribuídos numa quantidade aqui, por exemplo no Hospital Geral eu tenho seis Diretores e vinte e oito Núcleos por diversas áreas. Só numa Unidade o Hospital Geral leva quase quarenta desses cargos que estão aí distribuídos. Vamos lá projetar isso. Na verdade, esses cargos são os que existem A gente procurou ajustar nos cargos que já existem na Máquina pra justamente não precisar fazer uma nova, escrever o cargo, e aí teria uma complicação ainda maior, e a gente poderia nem chegar aqui. Porque é tanta complicação que se coloca, tanta barreira. Mas o objetivo maior é sair da Cooperativa, esses cargos passarem pra forma institucional. O que é Chefe da Saúde? É uma sub divisão dentro do Núcleo Central de Internação Hospitalar e Chefe da Central de Urgência e Emergência, Chefe da central de marcação de consultas e exames, e ele vai ganhar um CDS 2, que são mil, seiscentos e cinco reais. Ele fica à frente, por exemplo, desses assuntos. Então, todos os chefes dos centro de saúde, de internação, de urgência e emergência, de consultas e exames, pessoal desse nível vai receber esse cargo que é o CDS2. Esses cargos todos foram adaptados em Chefe da Saúde pra não precisar criar um Cargo Comissionado de Central de Internação, na verdade a gente ajustou. Chefe é subordinado ao gerente. Agora via ter moral, o Chefe. Vai ter um Decreto do Governador.

O Senhor Deputado (**Mecias de Jesus**) :Só pra complementar a pergunta do Deputado Remídio. Gerente de Unidade de Saúde de grande porte, dezenove gerentes. Onde são estão gerências? É só em um hospital, estão em quais hospitais?

O Senhor Secretário de Saúde (**Samir Haten**) - Gerentes de Unidade de Saúde de grande porte. Ele vai ganhar quatro mil reais,ele vai ganhar o CNS2, são os diretores clínicos, diretor clínico do HGR, diretor da enfermagem, diretor técnico do HGR, diretor administrativo do HGR, diretor do Pronto Socorro, diretor de Ensino e Divulgação Científica. Então, seis já estão aqui no HGR. Vai para o HMI. Cinco no HMI, similares. Coronel Mota, quatro. Então deu os dezenove.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**): Deputado Flamarion, só para o Deputado Remídio terminar.

O Senhor Deputado(**Remídio Monai):** Secretário, só para eu entender. Desculpa mais uma vez. Por exemplo, os diretores de hospitais de interior. Salvo me engano, eles ganham quatro mil e quinhentos reais. Onde é que eles se encaixariam?

O Senhor Secretário de Saúde (**Samir Haten**): Eles vão ficar momentaneamente nos cargos do Gabinete do Secretário. Por quê? Com as municipalizações, eles vão se extinguir, e nós não quisemos trazer para este Projeto que seria mais um complicador, que a gente estruturasse as unidades do interior. A Deputada Aurelina me pediu, foi lá conosco, que seria importante. Agora, é uma decisão dos senhores. Porque na verdade a gente teria que aumentar a despesa e não conseguiria passar pela área técnica do Governo. Trocando seis por meia dúzia, já não consegui.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) : Como é que vai aumentar as despesas se os cargos já existem , já estão lá e já recebem pela saúde?

O Senhor Secretário de Saúde (**Samir Haten**) : Eles, em geral, são médicos e acumulam. Porque, como médicos, eles ganham dez mil e quinhentos reais. Então, um cargo, no interior vai ser três, quatro. Então a gente optou por não mexer nessa questão. Mas é complicado, porque a tendência é todas as unidades do interior passarem pra estrutura dos municípios. É uma política que nós temos em andamento. A gente deve ficar, hoje, com o Hospital de Rorainópolis. É uma política que a gente está buscando. Capacitar todos os secretários municipais e apoiar a transferência para o interior, para os prefeitos darem todo suporte. Na verdade a gente não precisará desses cargos em muito pouco tempo.

O Senhor Deputado (Flamarion Portela) Secretário, Presidente, deixe-me perguntar, já que estamos no mesmo assunto. Secretário Samir, aqui eu tenho para Coordenador Geral na saúde, dez. Depois eu tenho Coordenador na saúde, sete. Me distinga o que é coordenador geral e coordenador na saúde. Um ganha cinco mil e trezentos e trinta e cinco e o outro vai ganha três, duzentos e dez.

O Senhor secretário (**Samir Haten**): Esses de cinco mil são os coordenadores gerais, os outros estão abaixo deles. Os apoios. Que é justamente onde nós vamos encaixar os diretores do interior.

O Senhor Deputado (**Flamarion Portela**) No Coordenador de saúde vai encaixar o Diretor do interior?

O Senhor Secretário (**Samir Haten**); É, nesse de baixo, aí.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) Deputada Aurelina.

A Senhora Deputada (**Aurelina Medeiros)** Senhor Presidente, Secretário. Eu, até já vou aproveitar para fazer algumas considerações, como líder do Governo, rapidamente. Dizer que, realmente, os nossos Planos de Cargos e Salários das secretarias de Estado, na sua maior parte, os que não encaminharam pra cá as suas adaptações, estão todos defasados em função dos serviços que foram implantado ao longo de vinte anos. E a saúde, eu conheço bem mais a agricultura, também, são até aberrantes as situações. São aberrações, a gente pode dizer assim. As dúvidas dos nossos colegas, sobre as quais eu queria começar dizendo que existe na Secretaria Legislativa todo o processo que deu origem ao Projeto de Lei da Saúde.

Tem um processo bastante volumoso, com todos os pareceres, com todos os organogramas, com todo o material que gerou esse Projeto. Todas as explicações que foram dadas aqui, estão contidas nesse Processo que se encontra na Secretaria Legislativa. É um processo bem volumoso que deu origem a esse Projeto aqui. Dizer que ficou claro, a gente sabe que a Cooperativa hoje tem essa situação. Por exemplo, o médico é concursado, ganha dez mil reais ou quatro mil reais. Aí ele ganha como gratificação, ele ganha uma produção, ele ganha plantão, numa situação totalmente irregular. A gente pode dizer isso. Nem sei como fica a Cooperativa, a essas alturas, com o papel que ela está fazendo. Fica entre aspas a questão da ilegalidade ou legalidade. Então, no Processo que se encontra na Secretaria Legislativa, está lá todo organograma da Secretaria de Saúde. A gente pediu para o João de Carvalho tirar cópias e encaminhar para os gabinetes, mas como era muito volumoso, eu acho que ele tirou só parte do organograma e algumas questões, mas se encontra lá, com todos os pareceres. Por exemplo, a função da SEPLAN, em todo Projeto Executivo, é apenas observar o impacto financeiro. Tem orçamento ou não. Aí cabe a decisão que contém a LDO, a Lei Orçamentária, onde o Estado pode suplementar, pode remanejar para adequar a questão orçamentária. Eu acho que hoje,se a gente fizer um estudo de impacto financeiro de toda questão de pessoal, de todo o Executivo, ela é insuficiente, porque é feita muito em cima. Por exemplo, este ano nós vamos ter um crescimento zero no orçamento. Se vier um aumento salarial, já não no orçamento nas secretarias para tanto. É comum a gente ver isso no Judiciário e em todos os lugares. Quando chega setembro, outubro,ja se começa remanejar recursos pra cobrir a Folha de Pagamento. Então na Saúde, as dúvidas que nós tínhamos, extinguem-se os cargos comissionados a de hoje, cria-se uma nova estrutura. Está no Processo, como eu falei, que se encontra na Secretaria Legislativa, com organograma, com tudo. A descrição de cada cargo já faz parte do Plano de Cargos e Salários do Executivo, a Lei 068, que é geral. Ele até justificou. Ele não criou nomenclatura de determinados chefes, pra não ter que fazer uma descrição de cargos. Adequou ao Plano de Cargos e Salários do Executivo. De forma que eu acho que todas as nossas dúvidas, se gente analisar, elas estão contidas nesse Processo, desde os organogramas aos pareceres. O Parecer da PROGE, como ele falou, ele fica sem fundamento medida que todos os Cargos relacionados aqui estão descritos no Plano de Cargos e Salários do Poder Executivo. Então já não precisa, eu acho, comecei a ver agora, acho que o doutor Samir trouxe essa inovação, que, muitas vezes, nos Planos, a gente aprova aqui, até eles mandam com a descrição, o que seria desnecessário na maioria dos casos, a não ser nas estatais, nas empresas de administração indireta, porque eles têm cargos mais específicos, no caso de CAER, de CER e de outros. No geral, na administração direta os cargos são mais ou menos os mesmos é o coordenador, é o Diretor, é o Chefe de Núcleo, é o Gerente, é o Consultor. Esta já se encontra aí. As dúvidas que a gente tinha, eu acho que estão dentro do Processo, depois que a gente esteve na Secretaria de Saúde. Agora, doutor Samir, acabamos de sair das sessões itinerantes da Assembléia pelo interior do Estado. E talvez o item, sobre o qual que a gente mais ouviu críticas tenha sido relacionado com a questão da Saúde no interior. Eu não acredito, levando em conta o tamanho dos nossos municípios, que num curto espaço de tempo os municípios possam ter condições de receber essas unidades de saúde, a não ser para manter com recursos do SUS. Eu não vejo muita saída nisso a curto prazo. Então eu acho que nós estamos criando um Plano para Capital, Boa Vista. Está muito bom, está sanada uma situação de ilegalidade, dentro daquilo que o Executivo pretende. Mas eu gostaria de chamar, ainda, pois não vejo, nesses próximos cinco anos, como os nossos municípios vão assumir a saúde do interior com recursos do SUS. Eu só gostaria de concluir o que eu tinha de fazer, eu já fiz. Só queria que a gente atentasse muito pra questão do interior.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**); Obrigado, Deputada. Secretário com a palavra.

O Senhor Secretário de Saúde (**Samir Hatem**): Deputada, na questão da municipalização, eu acredito que, com o apoio de todos os poderes, a gente vai poder resolver essa questão, sim. Nós estamos organizando a capacitação dos gestores do interior porque eu não entendo solução do SUS sem a participação dos municípios. Se não houver a triagem e o fortalecimento da Atenção Básica nos municípios, vai continuar sendo inchado o sistema do Estado, aqui na Capital. Eu espero que com esse preparo, que não sei se vai ser um, dois, três, cinco anos, dez anos, eu espero que seja antes disso, a gente vai ter gente qualificada. E o recurso, Deputada, eu acredito que ele vem. Nós fizemos agora um treinamento para orientar como são feitos os faturamentos, como devem ser feitos. E que muito recurso é predito porque não é cobrado corretamente. Então nós estamos nesse processo. O estado não vai se eximir, não vai sair do cenário antes que esteja consolidada essa questão, mas eu acredito que seja viável, desde que se organize o sistema e que as unidades prestem o serviço devido à população. Para isso, elas têm que estar fisicamente preparadas, tanto em termos de prédios, quanto a questão dos equipamentos, e aí o Estado fica numa zona mista, apoiando e depois você solta a unidade.

A Senhora Deputada (**Aurelina Medeiros**): Doutor Samir, é como o senhor colocou. Não se sabe se vai acontecer em um, dois, três ou dez anos. E até lá como fica a saúde no interior? É caótica.

O Senhor Secretário de Saúde (**Samir Haten**): Nós hoje temos a responsabilidade com alguns hospitais, ainda. Estão sob a guarda do Estado: Bonfim, Normandia, Uiramutã, São Luiz, Mucajaí. Existe um processo em andamento. Mas, realmente precisa de muito apoio, e nós reconhecemos isso e estamos buscando fortalecimento. Nós precisamos melhorar de imediato, estamos perseguindo isso diariamente. Então ir paralelo e fortalecendo as pessoas que fazem a saúde nesses municípios pra no futuro elas poderem assumir e melhorar as pessoas que estão lá hoje, que já são as responsáveis pelos municípios que não são mais do Estado. Nós não estamos nos descuidando. É preocupante, e nós estamos empenhados. Agora a questão dos cargos é como eu disse. Eles ficarão nesses cargos que estão ligados ao gabinete do Secretário. Todos eles vão continuar recebendo e amparados.

O Senhor (**Deputado Mecias de Jesus**): Secretário, só para corroborar um pouco, diante da preocupação da Deputada Aurelina, com relação ao interior. Até porque nós entendemos que, se melhorar a saúde no interior, diminuem as filas aqui no Hospital Geral, na Maternidade. Como se aumentarmos a participação em hospitais nos bairros, postos médicos, se o Governo ajudar, convênio com a Prefeitura e melhorar os postos médicos, diminui esse grande inchaço, essa grande fila que existe no Pronto Socorro, que existe nos hospitais. Pessoas reclamando que não conseguem consulta. Então essa preocupação é geral, eu faço das palavras da Deputada Aurelina as minhas, porque realmente tanto o interior quanto os bairros de Boa Vista as pessoas ficam desassistidas, sem condições, embora marcada a consulta não são atendidas como deveriam. Mas esse é um tema para ser discutido posteriormente. Secretaria, vou passar a palavra para o Deputado Zé Reinaldo, mas a minha pergunta pode ser respondida junto com os questionamentos do Deputado Zé Reinaldo. Quando o Hospital de Rorainópolis será inaugurado, e se de fato ele vai funcionar como um Centro para toda a região sul do Estado? Deputado Zé Reinaldo com a palavra.

O Senhor Deputado(**Zé Reinaldo**) : O Deputado Mecias tem profetizado que nós somos irmãos. Eu sou o irmão caçula. Até as perguntas que eu quero fazer ele já vai antecipando. Na verdade, quero cumprimentar o Senhor Secretário e dizer que, quando estive lá, semana passada, conversando com Vossa Senhoria, justamente vendo uma questão da saúde, que nós sabemos que é preocupante, como um todo. No Estado de Roraima, Deputada Marilia, poderia se dar ao luxo, por ser um Estado de poucos municípios, de assumir a responsabilidade total, desde que nós tivéssemos estrutura para um bom atendimento. Não há, porque há a questão da municipalização e fica aquele jogo de pra cá e pra lá. Ninguém sabe quem é quem no verdadeiro sentido da responsabilidade da saúde do nosso Estado. Mas eu sei que o doutor Samir não veio só para assumir a função de um secretário, veio também para dar sua contribuição como bom técnico que é, e sabemos que os resultados não são emergenciais, porque a saúde vem se arrastando de uma forma deficiente, há muito tempo. Mas não se pode começar a querer melhorar uma saúde ou querer melhorar algo dentro de seu Estado se não começar dentro de sua própria casa. E aí que eu digo que a ação de fazer com que esses servidores que estão na Cooperativa passem a ser servidores diretos do Estado com responsabilidade de suas funções, com certeza, dará uma melhor qualidade, Deputado Mecias, para que o gestor maior possa fazer um bom trabalho. Digo isso porque nós estamos lá, Deputada Marilia, o que é inconcebível, haver uma lista de cinquenta e seis pessoas, desde dezembro, esperando para que sejam feitos exames de coração. O Doutor Samir, esta semana resolveu trazendo uma equipe de médicos de fora, porque é preocupante. Durante algum tempo nós podemos esperar por algumas situações, menos na saúde. Na saúde deve haver prioridade. O segundo ponto, Deputado Mecias e doutor Samir, com essa ação é a confiabilidade que a gestão terá e o correlacionamento com pessoas que o senhor não sabe nem onde estão. E, porque a maioria dos cooperativados não fazem parte do quadro da saúde ou não estão juntos fazendo o trabalho que o Secretário quer que seja feito. É outro ponto importante. O terceiro ponto importante que foi argumentado foi a possibilidade dos concursados, doutor Samir, poderem exercer parte dessas funções. Isso valoriza aquele que lutou para ter o seu cargo. Embora ele chegue com uma gratificação pequena, isso é importante. E o quarto ponto é quando a secretaria encaminhará a esta Casa a relação que dará transparência maior a este ato. Sei que isto irá desgostar algumas pessoas que não ficarão contente. Até mesmo a própria Cooperativa não ficará contente, porque a fatia de sua arrecadação será retirada para fazer o pagamento de todos esses servidores que estarão incorporados nessa lei que será aprovada. Por isso eu louvo a ação do Governo do Estado, a ação do secretário que quer ver uma melhor gestão fazendo com que a saúde do nosso Estado possa ter uma qualidade melhor e dar uma melhor qualidade de vida ao nosso povo. São essas as minhas considerações, Deputado Mecias.

O Senhor Deputado (**Mecias de Jesus**): Secretário , alguma consideração a fazer?

O Senhor Secretário de Saúde (**Samir Haten**) : Obrigado, Deputado. Na questão do Hospital de Rorainóplis, Deputado Mecias, a

gente está lutando muito pra sair do momento de paralisação. A questão do terreno, a novela principal, segundo a informação que eu tive já foi equacionada. E, com isso, nós prestamos contas ao Ministério da Saúde, pra que a gente possa retomar a obra e concluir aquela unidade. Confesso que é complicado, mas vamos vencer mais essa dificuldade, já conhecida de todos em Roraima. Realmente esse hospital poderá se tornar de grande referência em toda a região. É um hospital amplo, que poderá receber muitos especialistas, numa localidade que cresce muito. Hoje Rorainópolis tem cerca de trinta mil habitantes, poderá ser sim um centro para atender e desafogar a Capital. Como eu disse, vamos ter que otimizar e remanejar os cargos porque, para o Hospital de Rorainópolis, hoje, nós temos dois cargos que estão nessa estrutura, que eu relatei que ficou no Gabinete.

A Senhora Deputada **(Marilia Pinto**) : Bom-dia, doutor Samir. Primeiro eu gostaria de dizer que eu não tenho a menor dúvida de aqui todos compartilham do mesmo pensamento. Acho que todos os esforços devem ser construídos no sentido de que o Governo do estado possa estar melhorando os serviços públicos a serem ofertados à população. Não tenho dúvida que esse é o interesse de todos nós. Mas eu acho que quando a gente observa a elaboração de um plano que reestrutura a saúde, como este, que Vossa Senhoria apresenta hoje e quando nos deparamos com algumas questões que foram postas aqui, a preocupação da Deputada Aurelina e de outros deputados em relação a atingir as necessidades gerais que a saúde impõe, hoje, tanto na Capital quanto no interior, a gente não pode deixar de colocar como algumas prioridades, a gente sempre esbarra na questão de orçamento do Estado. Então, acho que valem algumas observações aqui que eu gostaria de fazer, Secretário. Primeiro, eu gostaria de dizer que discordo solenemente de algumas coisas que ouvi aqui. Por exemplo, atribuir alguns resultados ineficientes à Cooperativa. Não concordo com isso. Eu acho que a vinculação de um Decreto, assinado pelo Governador, não é suficiente pra aferir responsabilidades. Eu não acredito nisso. Eu acredito que a vinculação é algo que torna, talvez, mais legítimo ou menos questionável uma condição de gestão. Mas a assinatura do Governador, no meu entendimento, não é um instrumento absoluto para que essa gestão tenha sucesso ou insucesso. Isso aí está no comando da gestão, no nível de exigência que se faz e na responsabilidade daqueles que autorizados sim, pelo Governo do Estado, vinculados à Cooperativa ou à própria estrutura, seja lá quem for a pessoa escolhida para fazer. Eu coloco essa questão, Secretário porque acho que a gente não pode começar embarcar nesse caminho. Acho que, mesmo com uma nova estrutura, há que se pensar nas pessoas qualificadas para que estejam nos locais exercendo suas funções. Me perdoa, mas acho que isso é uma questão importante que tem que ser dita. Acho também que a questão do interior que foi posta, eu também gostaria de deixar aqui a minha preocupação, Secretário. O Plano, inegavelmente é necessário. Há quase vinte anos a Secretaria estagnou numa estrutura que foi engessada e que o Ministério da Saúde evoluiu e exigiu. Então nós estamos todos de acordo que isso precisa ser mudado. Mas acho que a despeito da fragilidade que a estrutura tem e das urgências que nós temos, não podemos começar a definir um novo plano de gestão de cargos do Estado, subtraindo os elementos mais importantes talvez, que são as unidades do interior. Eu não posso concordar que deixar de definir gerências e chefias de núcleos nessas unidades e vinculá-las ao Gabinete do Secretário, salvo me engano, foi essa informação que isso provisoriamente vá resolver até que municipalização ocorra. Isso pra mim é romance. Nós sabemos que se fôssemos analisar ao pé da letra, doutor Samir, alguns municípios deveriam estar trazendo pra gestão do Estado a condução das Unidades mistas. Se fôssemos analisar em termos de resultado e eficiência, na verdade, a gente quer que as unidades sejam auto sustentáveis, sejam auto geridas, mas nós sabemos que na prática isso não acontece, por isso a preocupação do Deputado Zé Reinaldo, da própria líder do Governo e de todos aqui que não tiveram a oportunidade de dizer, mas com certeza, quem conhece o interior sabe do que estou falando. Então eu não vou dizer que vou ficar tranquila, não vou deixar de desaprovar um plano, mas quero que fique claro aqui que, quando esse plano for aprovado, a insatisfação do interior vai ser imediata e eu não sei, Secretário, que resultados e desdobramento isso terá. Se nós estaremos piores do que estamos hoje. Eu concordo com o Presidente. O interior é o grande caminho que nós temos. Rorainópolis, Secretário, tem o Centro Cirúrgico há mais de um ano fechado. Sem nenhum procedimento. E nós já tivemos lá cirurgias, nós tínhamos cirurgiões anestesistas, e há mais de um ano isso não acontece por lá. Então eu gostaria de colocar aqui a minha preocupação, estou citando Rorainópolis como exemplo, existem vários outros exemplos. Acho preocupante não contemplar os municípios nessa reorganização da Secretaria porque isso estará afetando ou estrapolando o que está previsto no orçamento e a Secretaria de Planejamento poderá então não autorizar. Aí fica a minha preocupação, Secretário. Acho que logo estaremos aqui, votando orçamento de 2010. Gostaria de dizer ao Secretário a observância do Plano Plurianual, eu não sei porque a gente vota PPA aqui, se as gestões não obedecem o PPA. Acho que é uma questão que devíamos começar a acompanhar aqui. As metas que foram propostas. Cada Comissão. Porque hoje, aí uma ressalva, Secretário, ações que devem ser executadas por específicas secretarias, deixam de ser executadas porque não têm orçamento. E a gente vê, por exemplo, algumas outras secretarias que não tem recurso, utilizando a estrutura e o recurso de outras secretarias. É por isso, Secretário, que esse orçamento vai furar sempre. E nós não vamos atingir as nossas metas e não vamos ter recurso pra contemplar aqueles que estão gerindo a saúde do interior. Eu podia ficar aqui falando de muitas coisas. Mas o tempo é curto e isso aqui não é uma Comissão Geral. Mas eu quero dizer que concordo com a urgência, com a necessidade de legitimação disso. Mas acho que nós ainda não estamos olhando a perspectiva futura e vamos estar fazendo uma meia sola numa situação que levou quase vinte anos para ser revista. Eu acho que nós não começaremos bem com essas limitações. Não impostos por Vossa Senhoria, mas por essa estrutura que sejam revistas as suas prioridades, definitivamente. Saúde, educação neste Estado tem que ser prioridade, não apenas nos palanques, ou nos dias comemorativos, mas no dia a dia pra que Vossa Senhoria possa trabalhar na plenitude da sua responsabilidade e das demandas que o Estado exige. Era isso que eu queria dizer.

O Senhor Secretário de Saúde (**Samir Haten**) : Deputada Marília eu só pediria a sua compreensão pra gente ponderar no campo das idéias. Quando eu falo sobre o Decreto que o Servidor recebe, eu concordo que na prática, se todas as pessoas tivessem a consciência de agir dessa forma, com responsabilidade pela prerrogativa, pela atribuição que foi delegada, mas infelizmente não é isso que acontece. Os seus atos também ficam descobertos. Os atos do servidor que é diretor pela Cooperativa e não tem atribuição do Estado, formal, ele está descoberto. Gostaria de ponderar. Na questão do comportamento do servidor, da responsabilidade, eu concordo em gênero, número e grau. A questão jurídica, a cobertura é diferente. Eu gostaria que a gente pontuasse. Agora, a questão do interior, a Atenção Básica, nós temos uma política nacional e o Estado pactuou de apoiar fortemente a municipalização. Se eu sinalizo numa estruturação do interior eu vou em desacordo com o que eu pactuei. Por isso nós optamos, porque hoje nós temos Rorainópolis, Mucajaí, Bonfim, São Luiz que estão conosco. Eu preciso alí de três cargos medianos. Dá pra acomodar na minha estrutura atual. Eu compartilho do teu sofrimento porque eu sei do seu compromisso com o povo do interior deste Estado e dá para gente estudar sim, o que está acontecendo e até retomar serviço momentaneamente que não esteja de acordo. A gente pode fazer um ajuste, eu não me fecho pra isso. Mas primeiro nós temos que enfrentar.

A Senhora Deputada (**Marilia Pinto**): Secretário, sem querer polemizar, mas eu queria dizer que Municipalizar não significa o Estado se eximir da responsabilidade de provimento financeiro. A municipalizaçaõ está muito mais relacionada ao aspecto da gestão, da organização de gestão da política a ser estabelecida do que propriamente do provimento de capital. Ainda está muito distante da realidade do nosso Estado o provimento efetivo financeiro dessas unidades, sendo elas ligadas à gestão do Estado ou do Município. Portanto, eu volto a bater nessa tecla, isso não inviabilizaria o processo de municipalização.

O Senhor Deputado (**Marcelo Cabral**) : Senhor Presidente, queria só saudar o meu amigo, Secretário Samir, louvar pela sua iniciativa de fazer, de migrar pessoas da Cooperativa para cargos comissionados, para no final do ano, meio do ano, ter uma garantia de Décimo Terceiro, de Férias, que a Cooperativa não tem nada disso. Queria só louvar tanto o Governador como o Secretário pela maneira que estão está trabalhando na saúde. Vendo dificuldade, vendo melhoria não só para as pessoas que vão ao atendimento médico, mas também os funcionários da saúde. Vendo a questão do Décimo Terceiro e Férias. Queria só dizer isso e parabenizar Vossa Excelência que é um belíssimo administrador. Presidente, obrigado.

O Senhor Deputado (**Ivo Som**) : Bom Dia a todos. Bom Dia ao nosso Secretário de Saúde, bem-vindo mais uma vez a esta Casa. E apenas pra complementar e fazer jus ao que me antecedeu, Deputado Marcelo, pelo que entendi está se tentando, como bem disse Vossa Excelência, se organizar e nesse intuíto eu desejo boa sorte e sucesso tanto na sua parte, quanto aos nossos funcionários que vão ter uma garantia melhor para com seus trabalhos. É isso que eu espero, é isso que o povo espera. Parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado (**Naldo**) : Senhor Presidente, Senhor Secretário de Saúde, Senhores Deputados. A gente vê com preocupação esse Plano de Cargos e Salários da Saúde. Realmente a saúde merece toda a atenção dos deputados em relação aos servidores, uma vez que aprovado esse Plano, vem melhorar, segundo o Deputado Marcelo já enfatizou, os funcionários vão ter um ganho real. Com isso espero que a saúde melhore, porque há anos que ela vem doente, no interior praticamente não existe, só existe a doença. Aqui na Capital, graças a Deus, acabaram com o 0800, que foi criado para acabar com as filas, mas não atendeu ninguém, foi vergonhoso. E dizer ao senhor Secretário, a saúde está doente, a secretária passada deixou coisas que não sei porque até hoje ainda anda solta por aí. Muito Obrigado, Presidente.

O Senhor Deputado (**Laia**): Senhor Presidente, meu caro amigo Samir Haten, Secretário de Saúde, espero que brevemente o senhor traga pra nós, esta casa o Plano dos médicos para aprovarmos pra acabar com esse problema de Cooperativa. Cooperativa é um cravo que o Estado tem na garganta para o resto da vida. Tanta Cooperativa, e ninguém sabe onde

o dinheiro vai. A Cooperativa é um modo de enganar a população, dizer que tem empregado X, que na realidade não tem. Então agora vamos saber quantos funcionários têm trabalhando na saúde verdadeiramente. Espero que brevemente em relação aos médicos, seja a mesma coisa. Que todos os outros cargos sejam passados para o Estado, e acabar com esse negócio de cooperativa. Porque a gente apoiou cooperativa na Prefeitura, sabia o que lá acontecia, e conhece do Estado, sabe o que está acontecendo. Enganação. O cara diz que tem um milhão e meio de funcionários, mas só tem dez trabalhando. O resto está tudo em casa dormindo. Então o senhor está de parabéns por esse projeto que mandou pra nós. Espero brevemente o dos médicos também.

O Senhor Deputado (**Ionilson Sampaio)**: É rápido. Queria sugerir ao doutor Samir e também à líder do Governo, Deputada Aurelina Medeiros, pra que a gente não votasse essa reestruturação que a entendemos perfeitamente, entendemos a explicação do doutor Samir, para que o parecer da PROGE possa ser mudado pra que o Parecer não fique dizendo que o Projeto não está adequado, e a gente votar. Eu creio que poderia ser feito um novo Parecer pra que a gente vote com Parecer da PROGE favorável, já foram sanados os questionamentos que a própria Procuradoria havia feito. E mudaria inclusive a questão do percentual, doutor Samir. Aí nós aprovaríamos sem nenhum questionamento por parte da Procuradoria nem da própria SEPLAN.

A Senhora Depurada (**Aurelina Medeiros**): Eu acredito, Deputado Ionilson, só respondendo, Presidente, o que ele me perguntou. No próprio Processo que se encontra aqui, eu vou pedir pra verificar, já tenha sido verificada essa questão da PROGE. Até porque é como foi dito: A descrição do Plano obedece ao Plano de Cargos e Salários do Executivo. O Executivo tem o seu Plano Geral pra todos os órgãos de administração direta e eu vou verificar no Processo que se encontra na Secretaria Legislativa se já foi sanado.

O Senhor Secretário de Saúde (**Samir Haten) :** Eu poderia contribuir, só pra tranquilizar o Deputado Ionilson e os demais Deputados. Tem o despacho do Flávio dos Santos Coelho, que é o Secretário Executivo da Câmara Temática de Recursos Humanos. Ele fez uma observação que eu gostaria de ler aqui. " Decisão da Câmara Temática de Políticas de Recursos Humanos. Informamos que foi aprovado o pleito da Secretaria de Estado da Saúde, com a ressalva do valor do cargo do coordenador do FUNDIS que foi alterado de cargo de natureza técnica superior de saúde para o cargo de natureza técnica superior. Ficando em cinco mil, trezentos e cinquenta. Eles não concordaram de ficar com o salário de nove mil. Mantendo-se dessa forma o mesmo valor percebido pelos coordenadores. Encaminhamos os autos para serem enviados para a Casa Civil. Esse Despacho, Deputado, só aconteceu depois de sanadas todas as dúvidas com a Procuradoria Geral, com a Administração, com a Joelma, para ver todas as leis pra ver se não tinha confronto. Pode ficar tranqüilo. Eu gostaria de ponderar que não fosse retirado, que a líder mantenha a votação. O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**): Obrigado, Secretário Samir. A Assembléia Legislativa gostaria de agradecer Vossa Excelência, sua equipe. Agradecer ao Governador Anchieta que esteve ontem prontamente aqui, que pediu ao Secretário que viesse fazer essa explanação, pois os Deputados gostariam de ter as informações que acabaram de receber. Na na realidade, é complicado pra Assembléia Legislativa aprovar de repente um Projeto que cria quatrocentos e setenta cargos sem nenhuma explicação, quando num momento de dificuldade financeira para o Estado, onde o Estado precisa economizar. Aí de repente se cria despesa no valor de um milhão de reais por mês, sem nenhuma explicação. Vossa Excelência traz aqui os esclarecimentos que precisávamos, que esta Casa precisava e que a população precisa. Além do mais demonstra muita competência e zelo pela coisa pública e, em especial, nesse caso pela Secretaria Estadual de Saúde, que é um problema sério pra todos nós, e que contamos com a sua colaboração pra resolvermos o problema de saúde do nosso Estado que sem dúvida nenhuma é muito grave. Quero agradecer a presença de Vossa Excelência, mais uma vez, e dos Senhores Deputados.

Após explanação do Senhor **Samir Hatem,** o Senhor Presidente desta Comissão, Deputado Rodolfo Braga, suspendeu a reunião às 14h, e convocou os Senhores Deputados Membros desta Comissão para dar continuidade aos trabalhos às 15h. Às quinze horas e cinqüenta e cinco minutos, o Senhor Presidente desta Comissão reiniciou os trabalhos e constatou em Pauta as Proposições anteriormente distribuídas aos Relatores com pareceres favoráveis e inclui-as na Ordem do Dia. Prosseguindo, solicitou aos Relatores procederem às leituras individuais dos Pareceres. Procedida às leituras, o Senhor Presidente colocou os Pareceres em discussão. Após as discussões, os Pareceres dos Senhores Relatores às Matérias epigrafadas foram submetidos à votação, sendo aprovados por unanimidade dos Senhores Membros desta Comissão. **ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, declarou encerrada a reunião às dezesseis horas e trinta minutos. E, para constar, eu, Gizelda Pinheiro de Barros, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Deputado Rodolfo Braga
Presidente da Comissão
Aprovada em: 25/08/09

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
REUNIÃO EXTAORDINÁRIA,
REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2009.

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, às nove horas, no Plenário, Casa Paulo VI, Sede Provisória do Poder Legislativo, sito à Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Bairro Calungá, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Jalser Renier**,** Vice-Presidente da Comissão, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares, Chicão da Silveira, Flamarion Portela, Flávio Chaves, Tião Portella e Zé Reinaldo. Ausente o Senhor Deputado Rodolfo Braga, Presidente da Comissão. **ABERTURA**: Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Flamarion Portela, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão**. Expediente**: Dando continuidade à Reunião, o Senhor Presidente constatou na Mesa dos trabalhos **Moção de Pesar n.º 009/09**, de autoria do Deputado Tião Portella, que "Pelo falecimento do Dr. José de Andrade Ribeiro Vieira". O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais designou o Senhor Deputado Zé Reinaldo para relatar a Matéria. Logo após, suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o parecer. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente, reabriu os trabalhos e constatou na Ordem do Dia a Proposição analisada pelo Relator, solicitando ao mesmo proceder à leitura do parecer. Após leitura, o Senhor Presidente colocou o Parecer em discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade dos senhores Membros da Comissão. **Encerramento:** O Senhor Presidente, após deliberação das Matérias, encerrou a reunião às nove horas e vinte e cinco minutos. E, para constar, eu, Gizelda Pinheiro de Barros, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Jalser Renier
Vice Presidente da Comissão
Aprovada em: 25/08/09

REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE: ADMINISTRAÇÃO, SEGURANÇA E SERVIÇOS PÚBLICOS; ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, TRIBUTAÇÃO E CONTROLE; E DEFESA DO CONSUMIDOR REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2009.

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, às onze horas, no Plenário Casa Paulo VI, Sede Provisória do Poder Legislativo, reuniram-se as Comissões Permanentes deste Poder. Conforme preceituam os artigos 50 e 56 do Regimento Interno desta Casa de Leis, assumiu a Presidência da Comissão o Senhor Deputado Célio Wanderley, Presidente da Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle. **ABERTURA:** O Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à verificação de quorum, constatada a presença de 09 Deputados, portanto, número regimental suficiente para declarar a abertura dos trabalhos. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Conforme Requerimento do Senhor Deputado Erci de Moraes, foi dispensada a leitura, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados, devido à distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **EXPEDIENTE**: O Senhor Presidente constatou na mesa dos trabalhos, para apreciação e deliberação do **Projeto de Lei n.º 073/08**, de autoria do Deputado Flamarion Portela, que "Autoriza o Poder Executivo a conceder desconto de 30% (trinta por cento) sobre o valor anual do IPVA, aos condutores que durante o ano não cometerem infração ao Código de Transito Brasileiro". Prosseguindo, o Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou na forma Regimental o Senhor Deputado Erci de Moraes, para emitir parecer. E, então, suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o parecer à Matéria. Após o tempo estipulado, solicitou ao Relator proceder à leitura do Parecer favorável. Antes da leitura do Parecer o Senhor Relator informou a Comissão que apresentou uma Emenda Aditiva, aditando-se Parágrafo único, ao art. 1º com a seguinte redação: A concessão do desconto dar-se-á de forma progressiva, sendo de 10% (dez por cento) no primeiro ano; 20% (vinte por cento) no segundo ano; e 30% (trinta por cento) no terceiro ano. Dando continuidade a reunião, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Relator que fizesse a leitura do parecer com a Emenda, feita a leitura, o Senhor Presidente colocou o parecer em discussão. Discutiram a Matéria os Senhores Deputados: Aurelina Medeiros; Flávio Chaves e Erci

de Moraes. Submetido à votação, o parecer do Relator foi aprovado por unanimidade de seus Membros. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, declarou encerrada a reunião às onze horas e quinze minutos. E, para constar, eu, Dagoberto Vieira Barros, Secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação

Deputado Célio Wanderley
Presidente da Comissão.
Aprovada em: 25/08/09

REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA TRIBUTAÇÃO E CONTROLE, ADMINISTRAÇÃO SEGURANÇA E SERVIÇOS PÚBLICO E EDUCAÇÃO CULTURA DESPORTOS E SAÚDE.

REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2009.

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e nove, às dezessete horas, no Plenário da Casa Paulo VI, Sede Provisória do Poder Legislativo, reuniu-se, extraordinariamente ás Comissões Permanentes deste Poder. Conforme preceitua os artigos 50 e 56 do Regimento Interno desta Casa de Leis, assumiu a Presidência da Comissão o Senhor Deputado Célio Wanderley, Presidente da Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle. **Abertura:** O Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à verificação de quorum, constatada a presença de 08 Deputados, portanto, número regimental suficiente para declarar a abertura dos trabalhos. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Conforme requerimento do Senhor Deputado Ionilson Sampaio, foi dispensada a leitura, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados, devido à distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação. **Expediente:**- não houve. **Ordem do Dia: Projeto de Lei Nº 063/08,** que "Dispõe sobre o Tombamento do acervo das unidades escolares que menciona, de bens de valores material e imaterial do Estado de Roraima e dá outras providências", de autoria da Comissão de Educação, Saúde, Segurança Pública, Ação Social e Colonização. Prosseguindo, o Senhor Presidente no uso de suas atribuições legais, designou, na forma regimental, o Senhor Deputado Ionilson Sampaio, para emitir Parecer. E então suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o parecer. Após o tempo estipulado, solicitou ao Relator proceder à leitura do Parecer favorável. O Senhor Presidente colocou o Parecer em discussão. Não havendo discussão, foi submetido à votação, sendo aprovado o Parecer por unanimidade de seus Membros.

Encerramento: O Senhor Presidente, ao encerrar a reunião, agradeceu a Deus. E, nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a reunião. Para constar, eu, Edelzânia Silva de Oliveira, secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima.

Deputado Célio Wanderley
Presidente
Aprovada em: 25/08/09